

OS RISCOS DO AMBIENTE POLÍTICO NOS NEGÓCIOS
INTERNACIONAIS COM FOCO NA AMÉRICA LATINA

Diogo de Faria Moura

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Empresas

Orientador:
Prof. Doutor José António Filipe, Professor Auxiliar
ISCTE Business School - Departamento de Métodos Quantitativos

Setembro de 2010

OS RISCOS DO AMBIENTE POLÍTICO NOS NEGÓCIOS
INTERNACIONAIS COM FOCO NA AMÉRICA LATINA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Gestão de Empresas

Orientador:
Prof. Doutor José António Filipe

Mestrado em Gestão de Empresas

Instituto Superior de Ciências

do Trabalho e da Empresa

ISCTE - IUL

Lisboa - Portugal

OS RISCOS DO AMBIENTE POLÍTICO NOS NEGÓCIOS
INTERNACIONAIS COM FOCO NA AMÉRICA LATINA

Diogo de Faria Moura

Este trabalho é inteiramente dedicado aos meus queridos e amados pais, José Carvalho Moura e Maria da Graça Moura, que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

A todos àqueles que direta ou indiretamente, contribuíram para a elaboração do presente trabalho e, de modo especial ao professor doutor José António Filipe pela fidalguia, sábia orientação e a determinação em eliminar as dificuldades causadas pela distância física entre o Brasil e Portugal.

Aos empresários e políticos que gentilmente colaboraram com suas opiniões através do preenchimento dos formulários da pesquisa.

RESUMO

Os negócios internacionais são influenciados pelos riscos do ambiente político. Apresenta-se a interferência da estabilidade das políticas governamentais no equilíbrio dos negócios internacionais e enfatiza-se o sistema legal como variável importante na avaliação dos riscos dos negócios internacionais. Ressalta-se também os tipos de riscos políticos e as formas de gerenciá-los. A situação da América Latina é destacada permitindo visualizar a instabilidade e suas oportunidades surgidas a partir da existência de risco político. Finalmente inclui-se resultado de pesquisa de opinião juntos aos empresários e políticos que estão inseridos na esfera internacional. Mostra-se que 36,96% dos entrevistados são favoráveis a aplicação das variáveis de risco político.

Palavras-chave: Ambiente político. Risco político. Negócios internacionais. América Latina

ABSTRACT

The international business is affected by the risk of political environment. The interference of governmental politics stability in the international business balance is introduced and the legal system emphasized as important affable at international business risk valuation. The models of political risks and molds to manage them are put in evidence. This work addresses as well the situation in Latin America, highlighting the instability and the opportunities that appear with political risk. This study includes survey results together with businessmen and politicians who are entered in the international sphere. It shows that 36,96% of interviewed are in favor of applying the variables of political risk.

Keywords: Political environment. Political risk. International business. Latin America.

ÍNDICE

RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	x
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	xi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	5
CAPÍTULO 2 – A IMPORTÂNCIA DA ESTABILIDADE DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS	11
CAPÍTULO 3 - SISTEMA LEGAL	19
CAPÍTULO 4 - RISCOS POLÍTICOS	23
4.1 Tipos de riscos políticos	24
4.1.1 Confisco	25
4.1.2 Expropriação.....	25
4.1.3 Nacionalização.....	27
4.2 Outros Riscos	28
4.2.1 Riscos Econômicos.....	28
4.2.2 Sanções Políticas, Ativistas Políticos e Sociais.....	28
4.2.3 Disputa Étnica.....	29
4.2.4 Conflito de Metas.....	29
4.2.5 Corrupção.....	30
4.3 Estratégias para minimizar riscos políticos	32
CAPÍTULO 5 - AMÉRICA LATINA	35
5.1 – Considerações Gerais	36
5.2 – América Latina: Retrospecto de Instabilidade e Oportunidades de Risco Político	38
CAPÍTULO 6 – PESQUISA REALIZADA COM PERSONALIDADES DO MUNDO EMPRESARIAL E POLÍTICO	43
6.1 - Participantes da Pesquisa	43
6.2 – Sobre o questionário	44
6.3 - Dados Coletados e Resultados Obtidos	45
6.4 - Pontos de Convergência e Divergência	47
CONCLUSÃO	53

BIBLIOGRAFIA.....	56
ANEXO A: QUESTIONÁRIO.....	59

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
BIRD	Banco Mundial
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
NAFTA	Tratado Norte-América de Livre Comércio
OMC	Organização Mundial do Comércio
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRI	Partido Revolucionário Internacional
SESI	Serviço Social da Indústria
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1:	Pressupostos básicos – Realismo.....	9
Quadro 2:	Incidência do risco político por tipo de reivindicação.....	23
Figura 1:	Subdivisão dos denominados riscos políticos.....	24
Gráfico 1:	Expropriação por região geográfica.....	26
Tabela 1:	Número de expropriações de acordo com o tipo de indústria.....	27
Figura 2:	Incidência da corrupção no mundo.....	31
Gráfico 2:	Setores e instituições mais afetados pelo mundo.....	32
Figura 3:	Mapa da América Latina.....	35
Figura 4:	Propaganda do Governo Brasileiro (Regime Militar – 1974).....	40
Tabela 2:	Visão dos empresários sobre a influência da instabilidade política nos negócios internacionais.....	45
Tabela 3:	Visão dos políticos sobre a influência da instabilidade política nos negócios internacionais.....	46
Gráfico 3:	Um ambiente político estável favorece a atração de investimentos internacionais, segundo empresários e políticos.....	49
Gráfico 4:	A democracia como atrativo de grupos internacionais na definição de investimentos, segundo empresários e políticos.....	49
Gráfico 5:	A estabilidade das políticas públicas governamentais é fator de atração de investimentos internacionais, segundo empresários e políticos.....	50
Gráfico 6:	O sistema jurídico / legal assegura os direitos dos grupos investidores, segundo empresários e políticos.....	50
Gráfico 7:	Os países latino-americanos devem ou não seguir as regras da Economia de Mercado, segundo empresários e políticos.....	51
Gráfico 8:	Bolívia, Cuba e Venezuela países não democráticos, segundo empresários e políticos.....	51
Gráfico 9:	O Estado aplicando as variáveis de risco político, segundo empresários e políticos.....	52

INTRODUÇÃO

Ao se fazer negócios além das fronteiras nacionais, as empresas que fazem negócios internacionais em geral enfrentam barreiras políticas e legais, o que ocorre nomeadamente porque as políticas e as leis são distintas entre os países.

Na maioria dos casos uma empresa estrangeira terá de aceitar as políticas e leis de determinado país anfitrião, uma vez que existem variáveis que estão fora do seu controle. Grandes empresas multinacionais, quando apoiadas pelos governos de seus países, podem influenciar políticas e leis do país anfitrião. Todavia, tal interferência fora de seu território, traduzindo-se num ganho de curto prazo, poderá ter consequências negativas a longo prazo.

O presente estudo pretende identificar, na atual conjuntura mundial, a importância que o ambiente político exerce sobre o desenvolvimento dos negócios internacionais, com ênfase em sua estabilidade.

Por outro lado identificam-se os riscos aos investimentos nos mercados estrangeiros, particularmente em termos de riscos inerentes à esfera política. Desse modo, mostra-se a probabilidade de ocorrer uma perda efetiva ou de oportunidade, devido ao envolvimento das multinacionais num conjunto de contingências, que podem ir desde o confisco de todos os ativos da empresa, sem qualquer forma de compensação, até à interferência não provocada de agentes externos, com ou sem a convência governamental, nas operações normais ou nos resultados esperados da filial.

Torna-se conveniente lembrar que o contexto do ambiente político internacional é formado por estados soberanos, teoricamente livres de controle externo, possuindo igualdade legal perante os demais estados, governando seu próprio território no contexto de sistemas políticos, econômicos e sociais específicos à sua realidade. A soberania em si garante requisitos necessários à cidadania, estabelece fronteira geográfica e dita as regras de comércio e a fiscalização de pessoas e mercadorias, entre fronteiras. Destaca-se que a extensão das leis internas de uma nação é uma das grandes causadoras de conflitos nos negócios internacionais. De qualquer forma, os estados soberanos têm poderes de firmar acordos entre si.

Bonavides (1996, p. 126) lembra que

A soberania é una e indivisível, não se delega a soberania, a soberania é irrevogável, a soberania é perpétua, a soberania é um poder supremo, eis os principais pontos de caracterização com que Bodin fez da soberania no século XVII um elemento essencial do Estado.

Para tanto, levando em conta o princípio fundamental da soberania, a avaliação do mercado externo é de vital importância para os negócios internacionais, enquanto que a análise do ambiente político de um país é fundamental para a operação dos negócios de uma empresa estrangeira.

O envolvimento governamental nas atividades de negócios no exterior, especialmente no plano externo é maior do que o empresariado está acostumado. As empresas que fazem parte do mundo dos negócios internacionais devem lutar para que suas atividades sejam politicamente aceitáveis, para não arcar com prejuízos em nada planejados.

Além de enfrentar dificuldades incertas impostas por um governo, as empresas que se arriscam nos negócios internacionais poderão passar por constantes mudanças das políticas governamentais. Um governo mudando seu modo de agir, ou seja, uma nova filosofia política chegando ao poder poderá encerrar as atividades de uma empresa com um simples decreto.

Um ambiente político nada amigável não determina o insucesso de uma empresa em um país, caso venha a se tornar uma espécie de ativo econômico local. Para esse sucesso, as empresas, devem ser portadoras de uma profunda análise política da nação almejada.

Nesse sentido, embora as políticas e leis governamentais de um país afetem geralmente as transações comerciais internas, cada vez mais essas transações transcendem as fronteiras nacionais, o que tem testado a territorialidade de algumas políticas e leis de um país. Importante é que a proteção doméstica em geral não pode ser estendida além das fronteiras nacionais.

Usualmente, recomenda-se a instalação de investimentos em países democráticos, onde não existam grandes alterações políticas. Contudo, grandes vantagens competitivas às vezes não são alcançadas nessas nações, quando se levam em consideração os fatores de produção. Desse modo, o tema consiste não em apontar um modelo de gerenciar o risco político mas, sim mostrar alternativas e ferramentas em gerenciar o risco que o ambiente político proporciona. A América Latina sempre foi um celeiro de exemplos de como afastar investimentos de grande porte, habitualmente desrespeitando o direito a

propriedade privada juntamente com mudanças de políticas promovidas por golpes de estados e/ou mudanças políticas por líderes políticos populistas. A Venezuela, a Bolívia e o Equador, vivem essa situação no presente. Empresas brasileiras, como a Petrobrás e a Odebrecht, pela primeira vez se deparam com a instabilidade política, que causam prejuízos incalculáveis. Saber como reduzir os efeitos do ambiente político é abordado também no presente trabalho.

Partindo destas premissas, para que se faça entender a importância dos riscos causados pelos ambientes políticos nos negócios internacionais, destaca-se em um primeiro momento pontos relevantes da estabilidade das políticas públicas governamentais e como estes podem influenciar os negócios internacionais.

Em um segundo momento, se mostrará a relevância do sistema legal na instância dos negócios internacionais e o cruzamento desse sistema com o ambiente político.

Posteriormente, será mostrado com mais detalhes de que forma os riscos políticos afetam a estabilidade dos negócios internacionais e, conseqüentemente, de que forma as empresas podem administrar esses riscos levando em conta as ações dos países anfitriões.

A seguir, focaliza-se a América Latina como palco para a delimitação do trabalho. Os casos latino-americanos servem como exemplo de análise do risco do ambiente político. Analisa-se a constante volta do viés ideológico populista no cenário da América Latina, hoje tendo como líder o presidente venezuelano Hugo Chávez, que coloca em risco a inserção da região na economia de mercado, afastando investimentos internacionais.

Por fim, faz-se uma análise estatística do questionário aplicado a políticos e a empresários, que estão de forma direta ou indireta inseridos na esfera internacional.

Por se tratar de um tema transversal e multidisciplinar, foi necessário recorrer a leituras de textos, de diversos autores em diferentes áreas do conhecimento, para uma melhor compreensão do tema proposto, utilizando-se informações coletadas através da realização de pesquisa bibliográfica e documental, recorrendo-se não somente ao acesso convencional como também de documentação disponível eletronicamente.

CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pesquisa bibliográfica e documental realizada, demonstrou a importância da conexão entre as estabilidades das políticas públicas de um país anfitrião e a tomada de decisões de grupos econômicos que almejam fazer investimentos em localidades além das fronteiras nacionais e, que ao se fazer negócios além fronteiras nacionais, distintas barreiras políticas e legais podem diminuir vantagens competitivas. Ressalta-se, que por conta da teoria da soberania das nações, cada país tem total autonomia na implantação de suas políticas públicas, regimes políticos e sistemas legais. Detecta-se a fragilidade do direito internacional em seu caráter normativo, que coloca aqueles que estão inseridos nos negócios internacionais órfãos de onde reclamar, sobretudo quando o país anfitrião é um país não democrático.

Recorrer à história econômica serviu como parâmetro e patamar comparativo dos eventos ocorridos em um espaço de tempo contemporâneo. A comparação de momentos históricos leva a uma compreensão do presente e a construção de cenários futuros. A compreensão do ambiente político ainda passa por outras áreas como da ciência política, das relações internacionais e do direito. A minimização do risco político requer uma visualização de todo o cenário abordado por essas ciências, para que impactos provenientes do ambiente político maximizem a gestão dos investimentos além fronteiras nacionais.

Inicialmente considera-se a importância da relevância do ambiente político para a tomada de decisões de uma empresa que conduzirá seus negócios à esfera internacional.

Na perspectiva de Cateora e Grahan (2001, p.92),

Nenhuma empresa, nacional ou internacional, de grande porte ou pequena, pode conduzir seus negócios sem levar em conta a influência do ambiente político no qual irá operar. Uma das realidades mais inegáveis e cruciais dos negócios internacionais é que tanto o governo anfitrião quanto o governo nacional são parceiros integrais.

Um determinado governo reage ao seu meio ambiente e busca políticas que julga necessárias para resolução dos problemas criados por circunstâncias distintas. Isso acontece como consequência de que cada governo escolhe a filosofia e linha ideológica que seguirá, deixando grupos econômicos estrangeiros expostos a qualquer tipo de sanções

impostas pelo governo anfitrião. Daí, a importância da análise do ambiente político, que muitas vezes minimiza vantagens competitivas.

Outro ponto a ser observado é o sistema legal onde os negócios internacionais estão inseridos. Como já mencionado anteriormente, os principais atores do ambiente internacional são os Estados, e esses são soberanos, teoricamente livres de interferência externa. Nesse sentido, surge um grande dilema do direito internacional, levando muitos a duvidarem de seu caráter normativo. Quando e onde reclamar no momento que um grupo econômico for vítima de uma sanção de um país anfitrião.

Os estados criam, em grande medida, o Direito Internacional para si mesmos e não necessitam de aceitar uma nova norma se com ela não estão de acordo; não têm obrigação de comparecer perante um tribunal se de antemão não se comprometeram a fazê-lo, e não existe um executivo centralizado encarregado da aplicação do Direito (Akehurst, 1985, p.7).

Para exemplificar momentos em que as mudanças de políticas e de ideologias podem transformar cenários, recorre-se à história econômica contemporânea. Lembra-se claramente a mudança de conduta que ocorreu à época da grande depressão de 1930. Após uma década de forte crescimento econômico, os Estados Unidos impulsionados pela adoção de medidas econômicas liberais, tinham como diretriz a desregulamentação do estado na economia. Após 1930, o então presidente Delano Roosevelt, que governou de 1933 a 1945, vê nas ideias de Keynes uma via para recuperação da nação estadunidense, com uma mudança do foco ideológico. O intervencionismo estatal viria agora a ser o impulsionador da economia e o responsável por multiplicar a renda americana.

A adoção das concepções keynesianas implicaria um rompimento total com as teorias liberais, que mesmo o 'revolucionário' Roosevelt não estava preparado para adotar, uma vez que perseguia a ideia de um orçamento público equilibrado. O resultado foi uma solução de compromisso, que consubstanciou no seu New Deal [...] que significou uma série de medidas intervencionistas, saneadoras (Rezende, 1999, p.212).

Logicamente, a mudança de postura fez com que os Estados Unidos impulsionassem o seu poderio no cenário mundial, assumindo uma clara dianteira como potência a nível mundial. Em outras proporções e num outro contexto, vê-se hoje um posicionamento do Presidente Barak Obama no sentido de ampliar a atuação do Estado como grande estabilizador do mercado em crise. Observa-se aí uma postura de visão de mercado e do próprio papel do

Estado na economia e a influência do partido democrata nessa visão, destoando da visão conservadora do partido republicano. Há casos latino-americanos que ao contrário dos casos estadunidenses espantam investimentos internacionais, causam danos aos países de economia de mercado, tudo por um viés ideológico político populista que renasce de tempos em tempos na América Latina.

A análise de risco político deverá levar em consideração: a soberania das nações, os sistemas legais, políticas governamentais, filosofias, grupos de interesses, partidos políticos entre outros fatores. A análise do risco político é uma espécie de termômetro do qual grandes empresas formadoras da conjuntura dos negócios internacionais mensuram o risco do ambiente político. Conforme refere Grisa (2003, p.1), a análise de risco é o grande termômetro que mede a dinâmica dos países na escala de investimentos assim como a necessidade de um país melhorar significativamente nas áreas econômica, política, social e legal, para que melhore consistentemente a sua posição nesse contexto.

Outra reflexão importante e necessária que possibilitará um melhor entendimento sobre negócios internacionais é compreender o fenômeno da globalização como elemento que influencia tais negócios. Desde a pré-história, bens eram negociados através de longas distâncias, como por exemplo, a cerâmica.

Por ocasião do Império Romano os comerciantes levavam mercadorias para consumidores de todo o mundo. Entretanto a globalização dos negócios foi intensificada após a Segunda Guerra Mundial onde quase todos os países foram devastados. Os Estados Unidos, pelo contrário, saíram da guerra com a economia praticamente duplicada, passando a dominar o mundo nas esferas política, econômica e militar.

Stoner e Freeman (apud Torres, 2006, p.26) assinalam que “nesse clima, muitas firmas americanas começaram a fazer grandes investimentos diretos em indústrias primárias estrangeiras.” Evidencia-se que o domínio dos Estados Unidos foi mais preponderante até os anos 60. Na ocasião, empresas da Europa Ocidental começaram a reagir com a aquisição de subsidiárias nos EUA. Nos anos 80 foi a vez do Japão repetir o mesmo gesto. Observa-se que o início do processo de globalização foi lento e travado. Conforme Robbins (apud Torres, 2006, p.26) “as fronteiras nacionais funcionavam para isolar a maioria das empresas das pressões exercidas pela concorrência estrangeira.” Hoje as organizações não são limitadas pelas fronteiras nacionais.

Maia (apud Torres, 2006, p.27) destaca que “o mundo de hoje é chamado aldeia global, porque as nações estão, dia após dia, ficando mais independentes. Os países não dispõem de todas as mercadorias necessárias a sua sobrevivência”. Não só os países estão ficando independentes, mas, conseqüentemente as empresas. É importante destacar que “muitas vezes desconhecemos o fato de que os produtos que usamos, ou parte deles, foram, na verdade, fabricados no exterior” (Salvatore apud Torres, 2006, p. 28).

Na esfera econômica a globalização vem oportunizando, cada vez mais, maior independência aos países, principalmente por conta das corporações transacionais e pelas organizações multilaterais, a exemplo da Organização Mundial do Comércio, OMC, do Fundo Monetário Internacional, FMI, e do Banco Mundial, BIRD.

Stoner e Freeman (apud Torres, 2006, p. 28) acreditam que os “avanços tecnológicos reduzem radicalmente os custos de comunicação e transporte”, favorecendo fortemente o comércio entre as nações. Enfatizam ainda que “um quarto de todos os bens produzidos no mundo, hoje cruza fronteiras internacionais” (Stoner e Freeman apud Torres, 2006, p.30).

As mudanças são tão rápidas e em grande quantidade que muitos não as conseguem acompanhar. Kotler (1998, p.23) diz que “a economia mundial vem sofrendo uma transformação radical”.

Os negócios internacionais influenciam efetivamente e de forma crescente a atividade econômica de grande parte das nações, na medida em que “esses negócios assumiram, no final do século, destaque muito maior do que se imaginava, principalmente com a globalização da economia” (Ludovico, apud Torres, 2006, p 32). A criação da OMC vem possibilitando a eliminação gradual das barreiras ao livre comércio, que poderá transformar o mundo num só mercado, o mercado global.

Sem sombras de dúvidas não se poderia falar em negócios internacionais sem mencionar a teoria da globalização. Destaca-se ainda que, para entender o ambiente político internacional se faz necessário abordar a teoria realista das relações internacionais, corrente dominante até os dias de hoje.

A teoria realista ou realismo surgiu no século XX, período de maior sistematização, inspirada em Maquiavel e principalmente em Thomas Hobbes, com seu estado de natureza de “guerra de todos contra todos”, considerando os estados como indivíduos, enfatizando seu aspecto competitivo e conflituoso, ambicioso e predatório. Seus primeiros idealizadores foram Edmund Carr e principalmente Hans Morgenthau (apud Lacerda,

2006, p.4). Por uma série de razões históricas, o realismo constituiu-se em uma disciplina anglo-saxã, segundo alguns autores, ou mais precisamente norte-americana segundo outros; em todo caso, é uma teoria vinculada à língua inglesa.

No realismo os principais atores são os estados nacionais, os países. Estes vivem em um ambiente anárquico, em um sistema de constante conflito e pela luta do poder. Segundo Lacerda (2006, p. 5):

O que importa notar, para fins desta exposição, é que, a partir da realidade fundamental da ‘anarquia internacional’, surge o problema da governabilidade do sistema - ou, caso não sejamos tão ambiciosos, a dificuldade em impedir que a ‘anarquia’ transforme-se em ‘caos’, ‘desordem’.

Entretanto, a busca pelo poder não impede estarem juntas em um determinado segmento, como é o caso do comércio internacional: Ambiente onde as nações trabalham em conjunto contra a anarquia do sistema.

O quadro abaixo exibe de forma clara os pressupostos da teoria realista.

Quadro 1 - Pressupostos básicos – Realismo

Natureza Humana	Má; perversa; incontrolável e ambiciosa; homens sempre buscam a realização de seus interesses individuais.
Características Sistema Internacional	Formado por Estados soberanos que interagem sem controle ou lei superior; Estado de natureza/anarquica; possibilidade latente de guerra.
Atores SI	Estados são os únicos reconhecidos; demais atores que eventualmente estão agindo não importam.
Ordem SI	Equilíbrio de poder
Conceitos Centrais	Anarquia; poder e interesse nacional; estado; equilíbrio de poder.

Fonte: Pecequilo (2004, p.136)

Já na década de 1970, juntamente com a intensificação do fenômeno da globalização surge o neo-realismo ou realismo estrutural. Segundo Pecequilo (2004, p.134),

o neo-realismo não considera que os Estados agem no sistema somente para maximizar poder em nome do ‘interesse nacional definido em termos de poder’, mas para assegurar a sua posição e capacidades dentro do sistema em relação aos demais Estados.

A nova corrente realista aponta como preponderância no jogo político internacional as variáveis econômicas, fazendo da economia um recurso político. Assim, os neo-realistas afirmam que o livre mercado é possível, desde que certas condições políticas (concordância mútua das potências, respeito às regras de mercado etc.) sejam atendidas.

Dentro deste cenário pessimista, com o indivíduo/estado perverso, vislumbrando apenas seu interesse dentro de um ambiente anárquico e em busca de hegemonia perante os seus vizinhos, é que se insere os negócios internacionais. A estabilidade do ambiente político das nações pode variar de acordo com seus interesses. Empresas instaladas ou desejosas em fazer negócios em um país anfitrião têm que saber a melhor forma de lidar com variáveis de risco político a fim de minimizar e/ou abolir prejuízos incalculáveis.

CAPÍTULO 2 – A IMPORTÂNCIA DA ESTABILIDADE DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

Os governos têm o papel de promover os interesses dos países, especificamente na esfera internacional, por inúmeras razões e objetivos. Alguns destes apontam seus investimentos para setores considerados importantes para os interesses nacionais, outros protegem novos setores, permitindo que ganhem *know-how* para competir internacionalmente. Segundo Kotabe e Helsen (2000, p.127), normalmente existem três razões que levam um país ao bloqueio ou a restrições comerciais:

1. Segurança Nacional
 - Condições para produzir os bens necessários e permanecer independente (por exemplo, auto-suficiência).
 - Não exportar bens que ajudarão países inimigos ou não irmanados.
2. Desenvolvimentos de novos setores:
 - Ideia de promover setores novos para fortalecer um mercado protegido.
3. Proteger setores em declínio
 - Manter o nível de emprego para a estabilidade política.

Nesse pensamento, a estabilidade e a instabilidade das políticas governamentais são fatores políticos de primeira instância na tomada de decisões nos negócios internacionais. Governos podem mudar, novos partidos podem ascender ao poder e até a implementação de um outro sistema político pode acontecer. O que os negócios internacionais não aceitam e temem é que uma série de regras ou códigos de comportamento sejam rompidos, ou seja, uma drástica mudança com um golpe de estado possa ocorrer. O nível de risco político aumenta e diminui com o cumprimento ou não das ações que o mercado delimita como confiáveis.

Países como a Bolívia em que a instabilidade política já faz parte de sua história e onde as regras são rompidas a cada novo mandatário, provoca a certeza de que o país é um campo quase que impensável para investimentos externos. Cateora e Graham (2001, p.92) relata exemplos distintos de que a estabilidade das políticas governamentais não depende do governo e sim das ações que ele toma, afirmando que:

[...] Na Itália, por exemplo, houve mais de 50 governos diferentes desde o final da Segunda Guerra Mundial. Embora a desordem política na Itália continue, os negócios correm normalmente. A Índia, por sua vez, teve 51 governos diferentes desde 1945, sendo que vários dos governos mais recentes foram favoráveis aos investimentos estrangeiros e aos mercados abertos; entretanto, grande parte da

política governamental continua hostil aos investimentos estrangeiros.

O México é outro exemplo a ser ressaltado, com mudança radical em políticas externas. Até 1997 os mexicanos viviam sobre a “tutela” do Partido Revolucionário Internacional (PRI) que em toda sua história foi marcado pela corrupção e por medidas incoerentes como a expropriação dos investimentos estrangeiros indo contra o fluxo político-econômico internacional, assustando os investidores externos. Com a adesão ao NAFTA (Tratado Norte-Americano de Comércio) e mais recentemente com o presidente Fox no poder, o México trouxe para si a volta do crescimento econômico e a redução de seu risco para com os investidores. Entra assim em um caminho, pelo menos aparentemente, de manutenção e continuidade de suas políticas independente do governo ou partido que governe o país. Atitude semelhante à do México foi assumida há mais tempo pelo Chile que, inclusive elegeu, em 2006, a socialista Michelle Bachelet que antes mesmo de assumir seu posto no Palácio de La Moneda teve um discurso antes impensável a uma socialista. Reafirma aí o seu compromisso com as políticas antes adotadas, a busca de um estreitamento das relações chilenas com os Estados Unidos e vizinhos e apoio à implementação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) :

Nós vamos manter a estabilidade política e econômica, mas eu desejo que tenhamos uma economia desenvolvida, mas também solidária. (Bachelet, 2006, p.1).

Ações de continuidade nas políticas governamentais como estas é que vêm possibilitando ao Chile um maior crescimento econômico, com média de 7% ao ano. Entre os latinos americanos, é marcante seu crescimento social. Hoje, Bachelet não preside mais o Chile, foi sucedida por Sebastián Piñera que pertence a um grupo político distinto ao da ex-presidente. Entretanto, a confiança do país chileno aos olhos do mundo faz acreditar que o caminho do desenvolvimento econômico não seja alterado.

O estado brasileiro parece que também segue o rumo do continuísmo das políticas governamentais, principalmente no que diz respeito à política econômica. Nas eleições de 2002 o ainda candidato a presidente Luis Inácio Lula da Silva, diante da especulação negativa sobre a possibilidade de ganhar o pleito e desfazer o caminho da estabilidade traçado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, veio através da “Carta ao Povo Brasileiro” garantir que os contratos seriam cumpridos, acalmando o ambiente

internacional dos negócios e os especuladores de plantão dizendo:

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação (Silva, 2002).

Por outro lado, percebe-se que há na América Latina um movimento populista encabeçado pelo presidente venezuelano Hugo Chávez que tenta propagar seus ideais retrógrados que vão em contramão relativamente à economia de mercado e relativamente aos negócios internacionais. O certo é que a onda *chavista* chegou ao frágil estado boliviano com a vitória, em 2006, nas eleições presidenciais de Evo Morales, que com um discurso já visto muitas vezes na América Latina, acusou as multinacionais por todo o calvário que o país boliviano vem passando durante tempos. Dois de seus ministros ressaltaram a época que não cumpriam os contratos com as multinacionais confrontando até mesmo a lei vigente no país. Atitudes essas que afetaram principalmente o Brasil que perdeu bilhões de dólares investidos na Bolívia, com a nacionalização da filial da Petrobrás no país. Sobrepôs-se assim um desafio para a diplomacia brasileira.

Chávez também tentou levar a onda da “revolução bolivariana” ao Peru. Ollanta Humala, militar como o presidente venezuelano, despontava na segunda colocação nas pesquisas de intenção de voto para as eleições de 2006. A vitória de Humala confirmaria uma tendência populista que volta de tempos em tempos à América Latina. Entretanto, a interferência de Chávez na política peruana fez com que população reagisse com desconfiança elegendo o atual presidente Alan García. A vitória de García sobre Humala foi importante principalmente pelo afastamento de um período de incertezas e desconfianças não somente com dois ou três países, mas sim com toda uma região, prejudicando a inserção destes países no fluxo dos negócios internacionais, deixando-os à margem da economia de mercado, que não tolera o desrespeito aos contratos, violações a propriedade privada e a estagnação econômica.

Diferentemente de alguns países da América Latina que elegeram populistas como mandatários, a Europa toma outra atitude. Portugal, por exemplo, diante de um inexpressivo crescimento, elegeu em 2006, Cavaco Silva para Presidente da República que havia sido Primeiro Ministro entre 1985 e 1995. Neste período desregulamentou a economia, privatizou empresas e fez o país crescer. O mesmo rumo foi seguido pela

Alemanha que ao eleger, em 2005, Angela Merkel, como sua Chanceler, acaba com os sociais-democratas no poder, colocando uma liberal para realizar reformas que dinamizem sua economia.

A estabilidade nas políticas econômicas, na adoção de ações pró-mercado é que vem dando nas últimas décadas a países em desenvolvimento resultados positivos em relação ao crescimento econômico. Medidas como reformas econômicas profundas vêm tornando esses países em desenvolvimento, atrativos para os negócios/investimentos internacionais. Vejamos alguns exemplos, citando-se para efeito a Rússia, a Índia e a Turquia:

- **Rússia** - após anos difíceis, resultantes do término da União Soviética e a transição para o livre mercado, sua economia começa a obter bons resultados, favorecida pelo aumento do preço do petróleo, chegando a um crescimento com taxas acima de 7% em seu PIB na última década;
- **Índia** - com a implementação de medidas como a liberalização e desregulamentação da economia no início dos anos 1990 e, aliada a uma mão de obra bem qualificada, chamou para si investimentos de empresas farmacêuticas e de tecnologia, sendo considerada, hoje, segundo dados do Banco Mundial, a 10ª economia mundial;
- **Turquia** - com a implementação de políticas coerentes e responsáveis com vista à entrada na União Européia, os turcos vêm atraindo investimentos principalmente no setor têxtil, eletrônico e automotivo, com crescimento de 5% em 2005.

Com relação ao Brasil, que no início dos anos 1990 controlou a inflação, privatizou empresas estatais e possibilitou a abertura de sua economia, pode-se observar que a lentidão com que as reformas estavam sendo feitas, colocavam um freio no crescimento nacional, tornando o Brasil o país emergente que menos crescia: um tímido crescimento do PIB, em 2005, de apenas 2,5%.

Outro fator a ser ressaltado, no que se refere à estabilidade ou não das políticas governamentais é a filosofia dos principais partidos políticos de um país, já que qualquer um deles, pode se tornar dominante e alterar uma série de atitudes correntes.

Em nações nas quais o *bipartidarismo* é predominante onde normalmente um partido sucede ao outro no poder, torna-se mais previsível aos olhos dos negócios internacionais as futuras decisões do mandatário que segue a linha ideológica do partido que representa. No

Reino Unido se sabe que o Partido Conservador tradicionalmente é mais aberto ao mercado internacional que o Partido Trabalhista. Este último limita as importações, enquanto o primeiro tende a liberar os britânicos ao comércio internacional.

Dessa maneira, se alguma empresa optar por investir no Reino Unido poderá escolher o melhor momento para fazê-lo, planejando suas ações com maior clareza devido a previsibilidades das metas dos dois partidos, ou seja, a política restrita dos trabalhistas ou a política liberal dos conservadores.

Nos Estados Unidos, onde também predomina o bipartidarismo, sabe-se que os Democratas tendem a identificar-se com a classe operária que assumir maior papel no governo federal, enquanto os Republicanos preferem apoiar os interesses empresariais, limitando-se suas ações no governo federal. Entretanto, tanto Democratas como Republicanos são defensores da democracia e da economia de mercado.

Situação oposta é a do *multipartidarismo*, onde normalmente não existe maioria clara. Em situações em que não há um partido dominante, vários partidos com metas políticas diferentes formam um governo de coalizão. Tornando o principal problema a falta de continuidade das políticas governamentais, causando incertezas no ambiente dos negócios internacionais. Cabe lembrar que o Brasil não é o único a ter um sistema multipartidário. Países como Itália e Japão são usuários desse sistema.

Outro exemplo de como os partidos políticos podem influenciar na expectativa do mercado para com o futuro de uma nação, foi o caso da Rússia nas eleições de 2000, onde se especulava sobre quem seria o sucessor de Boris Yeltsin. O grande ponto de interrogação que o mercado especulava era se o próximo presidente russo iria continuar as reformas iniciadas por Yeltsin. Os “olhos” do mercado ficaram mais atentos quando Vladimir Zhirinovsky, então aspirante a candidato a presidente, destruiu um Big Mac, do Mc'Donald's em pleno parlamento russo. Dessa forma sinaliza ao mercado que caso Zhirinovsky assumisse o poder, as ações do governo russo para com os investimentos estrangeiros poderiam mudar radicalmente.

As rotas que uma nação pode seguir, em relação ao comércio e/ou a outros assuntos pertinentes não são traçadas apenas pelos partidos políticos com pensamentos diferentes, todavia por grupos de interesses que agem politicamente dentro dos partidos. Nos Estados Unidos quando da ampliação do Tratado Norte-América de Livre Comércio (NAFTA),

além das fronteiras dos três países que o compõem há grupos articulados e fortes dentro dos dois partidos (Republicano e Democrata) se opondo à ampliação.

Quase todas as decisões governamentais podem ter impacto internacional, desde que sejam considerados os efeitos subseqüentes. Por exemplo, um aumento do salário mínimo pode levar para o exterior as fábricas que utilizam trabalho intensivo, na busca de menores salários, influenciando assim a balança comercial, que pode, depois, afetar o sentimento da população em relação ao protecionismo. Com base em Kotabe e Helsen (2000, p.128-133) discutir-se-á algumas políticas governamentais como *incentivos e programas governamentais, compras governamentais, leis comerciais, regulamentação dos investimentos, controle de propriedade e controles financeiros*:

- **Incentivos e Programas Governamentais** - boa parte das nações utilizam empréstimos governamentais, subsídios ou programas de treinamento para apoiar atividades de exportação e alguns setores domésticos. Tais medidas são essenciais para empresas do país anfitrião e também para empresas estrangeiras que pretendem se instalar em uma nação com o objetivo de exportar. Assim fazendo com que objetivos como a geração de emprego e a melhoria da balança comercial sejam alcançadas com maior facilidade;
- **Compras Governamentais** – as compras governamentais representam uma forma de envolvimento no comércio, engajando o governo em operações comerciais por meio de departamentos e órgãos sob seu controle. Um exemplo do poder do estado no comércio, é que o governo americano é a entidade responsável pelo quarto maior consumo americano. Desse modo, as políticas governamentais que envolvem podem ser usadas como forma de privilegiar os fornecedores locais. Como é o caso americano que através da lei *Buy American* o governo americano mostra a preferência aos fornecedores domésticos em detrimento dos estrangeiros;
- **Leis Comerciais** – os controles comerciais podem ser feitos por via econômica ou política, influenciando diretamente os negócios internacionais. Quando o controle é econômico, são impostas por motivos como o de proteção aos empregos locais. Com relação às barreiras tarifárias e não tarifárias serve como forma de barrar as importações e proteger a indústria nacional, também servindo como forma de formação de receita

para o governo que as adota. Já os controles de comércio político vêm como forma de embargos e sanções. Tais formas de controle político vêm como forma de retaliação a outro governo, sem usar de força militar. Como exemplo cita-se o embargo americano a Cuba;

- **Regulamentação de Investimentos** – o investimento internacional vem crescendo mais rápido do que o próprio comércio internacional, investimentos estes sendo feitos de forma direta e por multinacionais. Contudo, os governos também têm formas de controle de fluxo de investimentos, que são os controles de propriedade e os controles financeiros. O primeiro depende muito da linha de cada país onde os investimentos podem ser interpretados como pertencentes ao público, sentido de “propriedade nacional” ou ainda esse controle pode ser feito para áreas estratégicas como mídia televisiva, como é o caso americano que limita o investimento estrangeiro nessa área. Já os controles financeiros podem vir em forma de barreiras comuns como restrições a remessas e lucros, impostos e taxas de juros diferenciais;
- **Políticas Macroeconômicas** - as políticas macroeconômicas estão intrinsecamente ligadas ao crescimento das empresas que buscam os negócios internacionais. Políticas macroeconômicas envolvem variáveis como o custo de capital, níveis de crescimento econômico, taxas de inflação e taxas de câmbio internacionais, constituindo preocupação constante de qualquer empresa que opere no exterior. É importante salientar que as políticas fiscais também influenciam as condições macroeconômicas, podendo influenciar no grau de competitividade de um tipo de negócio.

O certo é que a compreensão do ambiente político é fator decisivo nos negócios internacionais, onde mudanças drásticas nas políticas governamentais podem impedir investimentos, desarmonizando o equilíbrio econômico e a atratividade de um Estado para com os investidores internacionais diminuindo seu potencial.

Observa-se ainda um fator não menos importante na avaliação dos riscos dos negócios internacionais, as incertezas do direito internacional – o Sistema Legal.

CAPÍTULO 3 – SISTEMA LEGAL

Após observar a influência da estabilidade das políticas públicas nos negócios internacionais é chegada a hora de salientar a esfera do sistema legal nesse contexto, que também é parte influente nas operações das empresas internacionais. As empresas têm que estar a par do sistema legal de cada mercado pelo simples fato dele ser a “regra do jogo“. E o ambiente político se cruzará com o Direito, indicando e determinando como o sistema legal se comportará na direção de cada nova legislação.

Com relação ao Direito Internacional, destaca-se que ele é, sobretudo um Direito indicativo e não normativo sobre as nações soberanas que ele envolve. Pode-se dizer que sobre ele recaem coleções de tratados, convenções, acordos entre Estados soberanos que têm força de lei ou não, dependendo da importância que cada nação dedique ao assunto. Tornando o ambiente legal internacional diferente do nacional no que diz respeito à unilateralidade deste último frente a multilateralidade do ambiente internacional.

De uma maneira clara, o ambiente dos negócios internacionais busca, já que não há uma lei única e uniforme, que as regras do jogo não mudem e quando houver uma controvérsia o problema seja decidido em um campo neutro. Até porque envolve sistemas fiscais, legais e uma série supranacional de leis e regulamentos.

A consciência da necessidade de uma regulamentação na esfera internacional vem possibilitando resultados mais positivos nos negócios internacionais, que pelo dinamismo de suas atividades necessita ter uma maior segurança dentro das questões que envolvem o mercado mundial.

Our discussion of the impact of international law begins with those international agreements having a general effect on international business and then addresses those dealing with more specific marketing questions (Terpstra e Sarathy, 2000, p.130).

No mundo heterogêneo em que se vive, nada mais natural que as bases dos sistemas legais sejam distintas. Cateora e Graham (2001, p. 106) distingue as bases para os sistemas legais influenciadas por três heranças que são: lei comum (*common law*), a lei de código ou lei civil (*code law*), a lei islâmica.

- **Lei comum (common law)** - proveniente da lei inglesa, as bases desse sistema são fundamentadas nos costumes, nas tradições e nas práticas legais

passadas, alicerçando suas atitudes nas decisões passadas dos altos tribunais. Desse modo a lei comum é tida como não tendo abrangência total;

- **Lei de código ou lei civil (code law)** - herança romana, a lei de código se baseia no sistema de abrangência total de regras escritas da lei. Dentro do código de lei, o sistema legal normalmente é dividido em três códigos separados: criminal, civil e comercial;
- **Lei islâmica** - derivada da interpretação do alcorão enfoca funções e obrigações religiosas, assim como o aspecto secular da lei que rege as ações humanas, ou seja, a lei islâmica prescreve regras de comportamentos específicos socialmente e economicamente. A lei islâmica tem o seu principal objetivo na justiça social.

Ainda se pode definir uma quarta herança do sistema legal, a herança das doutrinas marxistas-socialistas. Contudo, desde o fim da União Soviética esse sistema tem sido atropelado pelo dinamismo da nova ordem mundial, forçando os países usuários dessa tendência a fazerem reformas para se adequarem à nova demanda. Como principais exemplos menciona-se a China e a Rússia.

Outro fator a ser observado é como e onde recorrer em caso de conflitos. As disputas comerciais podem surgir entre governos, entre empresas e um governo e entre duas empresas. Quando as disputas são entre governos as decisões podem ser tomadas pelo Tribunal Internacional de Haia e também quando se aciona a OMC (Organização Mundial do Comércio) que tem o papel de resolver controvérsias entre seus membros que visam, sobretudo a maximização do fluxo de mercadorias no comércio internacional.

O próprio Estado brasileiro já se beneficiou quando acionou a OMC para reclamar, por exemplo, o caso da EMBRAER (Empresa Brasileira de Aeronáutica) e do aço, um contra os Estados Unidos, outro contra o Canadá, obtendo vitória em ambos. No que se refere à conquista dos direitos dos brasileiros na OMC, é conveniente lembrar do êxito na defesa do regime automotivo nacional e, portanto, do investimento e do emprego no País, e o reconhecimento do direito dos países em desenvolvimento a terem acesso a medicamentos essenciais ao combate a epidemias como *AIDS*, que enfrentava dificuldades em razão de matérias sobre propriedade intelectual.

Nesse sentido, surge uma nova demanda para os governos das nações que é a de modernizar e especializar setores dos governos para a defesa dos países nas questões

comerciais, econômicas e de integração. No Brasil, mais precisamente no governo Fernando Henrique Cardoso, amplia-se à área econômica, passando a partir de 2001

[...] a contar com unidades específicas voltadas para temas como mercados, contenciosos comerciais, defesa comercial e salvaguardas, propriedades intelectuais e novos temas (comércio eletrônico), serviços e investimentos. (Lafer, 2002, v.2, p.96)

Em uma outra perspectiva quando as disputas ficam entre empresas ou entre governo e empresas, o caso deverá ser resolvido por tribunais de uma das partes envolvidas ou através de arbitragem. No caso de ser resolvido pelas leis de um dos países envolvidos, o que pesa na escolha de qual lei aplicar está nas bases das cláusulas sobre jurisdição inclusas no contrato, nas bases onde deu entrada ou nas bases de onde as disposições do contrato foram desempenhadas.

Quando a disputa não for feita via conciliação que apresenta pontos de contato, na medida em que é igualmente um modo extrajudicial de justa composição de controvérsias, afasta-se daquela, quer pela ausência de quaisquer formalidades, quer por sua solução não ser vinculativa para as partes.

Interessa ainda referir a circunstância da conciliação se incluir no conceito de composição amigável de controvérsia. O passo mais utilizado nos casos comerciais internacionais é a arbitragem que constitui um meio de composição das controvérsias, modo esse largamente utilizado na prática, especialmente no mundo comercial, como alternativo à via judicial e caracterizado por dois aspectos essenciais: as partes na controvérsia, real ou eventual, atual ou futura, que escolhem livremente quem deve decidir tal litígio, isto é, os árbitros; as partes que conferem aos árbitros o poder e a autoridade para se pronunciarem sobre o litígio e para dele decidirem.

Assim é evidente a diferença entre a arbitragem e a via judicial. O recurso a esta última, não depende de qualquer consenso ou prévia manifestação de aceitação da sua autoridade, enquanto que a submissão de uma controvérsia a um tribunal arbitral depende sempre de um consenso prévio e expresso das partes. A arbitragem é assim o instituto que tem como objeto o exame de controvérsias por parte de árbitros privados, cuja decisão, de acordo com o direito ou com a equidade, é vinculada em relação às partes que lhes tenham deferido o respectivo poder de resolução.

Apesar da arbitragem informal ser utilizada, a grande maioria das arbitragens são de grupos formais específicos que tem à disposição árbitros competentes e que possuem normas formais e específicas. Dessa maneira, com o intenso uso da arbitragem percebe-se uma ampliação de centros arbitrais que adotam regras e procedimentos padronizados para administrar os casos. Como exemplo de centros de arbitragem cita-se: a Comissão Interamericana de Arbitragem Comercial, a Associação Americana de Arbitragem e a Câmara Internacional de Comércio.

Quando a conciliação e arbitragem falham, o último recurso é o litígio, ou seja, são acionadas ações em tribunais públicos, que acarretam desgastes, maiores custos com o processo, falta de conhecimento direto e especialização no assunto, falta discrição, vinculação e critérios legais de interpretação das normas jurídicas, independência em relação a eventuais decisões anteriores e não vinculação a correntes jurisprudenciais e doutrinárias, além da demora.

CAPÍTULO 4 - RISCOS POLÍTICOS

Como já foi mencionado na introdução deste trabalho, o ambiente político é formado por nações soberanas, que adotam sistemas legais e políticas governamentais, de acordo com a filosofia de cada país, ou daqueles que a dirigem e torna a análise do risco político uma espécie de termômetro, do qual as grandes empresas formadoras da conjuntura dos negócios internacionais, mensuram o aumento ou não do risco do ambiente político nacional. Na sequência do que foi já apresentado na introdução:

A Análise de Risco é o grande termômetro da dinâmica daqueles países que sobem e descem na escala de novos investimentos. O prazo de maturação é relativamente longo[; e] para que um país mude significativamente de posição em um ciclo virtuoso é necessária a melhoria concomitante de indicadores na área econômica, política, social e legal (Grisa, 2003, p. 1).

Quadro 2 – Incidência do risco político por tipo de reivindicação

TIPOS DE RISCO						
Tipo de asserção estrangeira	Controle de câmbio	Inflação/Desvalorização	Mudanças adversas na política fiscal	Controle de crédito	Limitações de propriedade estrangeira	Limites para ações das firmas estrangeiras
Débito público em moeda local	X	X	X			
Débito privado em moeda estrangeira	X	X	X			
Débito privado em moeda local	X	X	X	X		
Portifólios de ações em Empresas locais	X	X	X	X	?	
Ações diretas em firmas locais controladas por estrangeiros	X	X	X	X	X	X

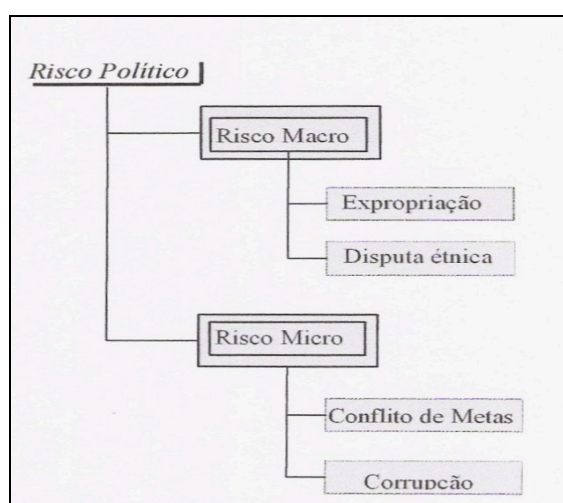
Fonte: Lessard, 1993. p.456 (apud Coltro, 2000, p. 60)

Os riscos políticos podem vir através da implantação de medidas como regras e regulamentos de menor gravidade, como controles comerciais, restrições a importações e controles de preços, ou até uma medida mais grave como o confisco. É importante lembrar que medidas como essas nem sempre são exigidas pelo governo. Em alguns casos tais medidas vêm de pressões de grupos organizados da sociedade civil ou políticos que podem provocar ações governamentais que prejudiquem os negócios. Sem sombra de dúvidas, o risco político mais temido entre as empresas está naquelas ações que resultam na transferência do patrimônio de uma empresa para o governo sem ou com restituição adequada.

O Quadro 2 mostra a incidência do risco político por reivindicação. Percebe-se que os investidores devem observar que o controle governamental do câmbio, aliado a inflação/desvalorização da moeda e mudanças na política fiscal são riscos que devem ser considerados, quando em casos de ocorrência de: débito público em moeda local, débito privado em moeda estrangeira, débito privado em moeda local e existência de um portfólio de ações em empresas locais e/ou ações diretas em firmas locais controladas por estrangeiros.

4.1 Tipos de riscos políticos

Figura 1 – Subdivisão dos denominados riscos políticos



Fonte: Coltro, 2002. p. 64

Cateora e Graham (2001, p.95) enumeram alguns **riscos políticos** destacando o confisco, a expropriação e a nacionalização. Mencionam ainda os **riscos econômicos, sanções políticas e ativistas políticos e sociais**. Nesse sentido, Coltro (2000, p.64) divide os riscos políticos entre **macros** (expropriação e disputa étnica) e **micros** (conflitos de metas e corrupção). Apresenta-se o esquema (Figura 1) elaborado por Coltro (2000, p.64), com a subdivisão dos denominados riscos políticos.

Percebe-se que medidas rigorosas como o confisco, expropriação e nacionalização vêm sendo cada vez menos utilizadas pelo simples fato das experiências anteriores não terem culminado em resultados positivos para os governos que adotam tais medidas.

4.1.1 Confisco

O confisco é adotado, sobretudo, quando há uma mudança nas atitudes e filosofias de governos frente aos investimentos estrangeiros dentro dos objetivos econômicos e sociais dos governos.

Torna-se necessário dizer que o confisco é o risco político mais temido para empresas que operam na esfera internacional, pelo fato de ser através desse mecanismo que governos se apropriam dos ativos das empresas sem pagar por eles, causando prejuízos incalculáveis às empresas.

4.1.2 Expropriação

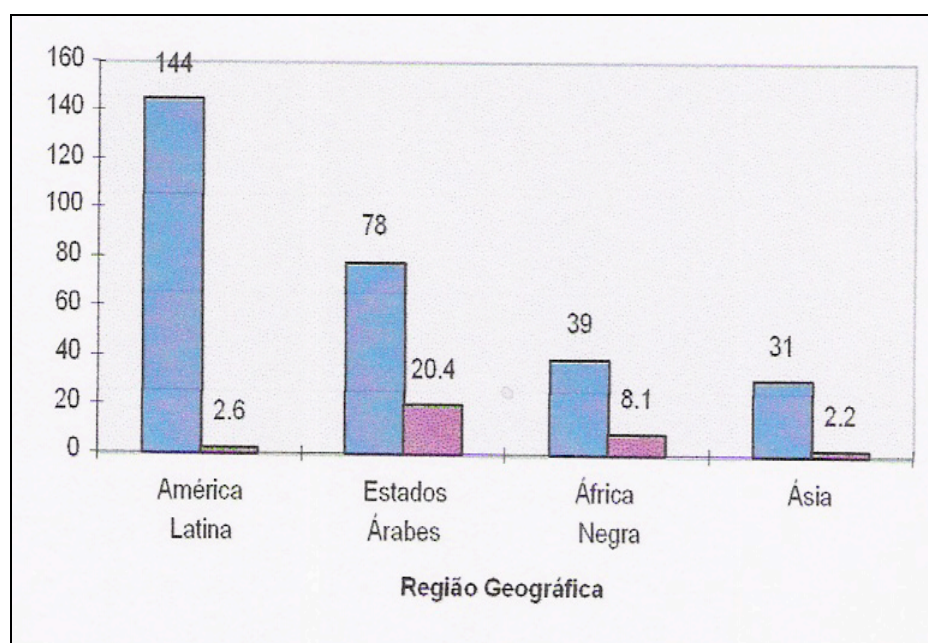
A expropriação é um confisco oficial, pelo governo, de propriedades privadas. De acordo com as leis internacionais a expropriação é um direito de qualquer Estado soberano. O importante é que os proprietários expropriados sejam imediatamente compensados, com um justo valor de mercado e em moedas conversíveis, pelo bem expropriado.

Dessa maneira, a expropriação se distingue do confisco pela razão de existir o reembolso. Contudo, a expropriação, apesar de haver um certo reembolso por parte do governo, não compete com o valor dos fluxos de caixa futuros que então foram perdidos. Para piorar a situação, os governos costumam pagar as empresas onde o capital foi expropriado através de títulos de longo prazo que possuem, de fato, apenas valores de face, de duvidoso valor corrente de mercado.

Bradley (1977, apud Coltro, 2000, p. 75) demonstra, que

a taxa de expropriação tem sido 50 vezes maior para empresas com ativos que ultrapassam 100 milhões de dólares do que para empresas pequenas com ativos menores que um milhão de dólares. Esta correlação pode ser intuída pelo fato de que os benefícios econômicos e políticos ganhos através de uma expropriação de um pequeno investimento raramente justificam a subsequente fúria da comunidade econômica internacional, das instituições financeiras mundiais e mesmo dos governos estrangeiros.

Gráfico 1 – Expropriação por Região Geográfica



Fonte: Bradley, 1977, p.357 (apud Coltro, 2000, p. 65)

Tabela 1 – Número de expropriações de acordo com o tipo de indústria

INDÚSTRIA	NÚMERO DE EXPROPRIAÇÃO	PERCENTUAL ((%) D O T TOTAL
Petróleo	84	12.0
Extração	38	18.0
Utilidades e transportes	17	4.0
Seguros e bancos	33	4.0
Manufaturas	30	1.2
Agricultura	19	n.d
Vendas e serviços	16	n.d
Terras, propriedades e construção	23	n.d

Fonte: Bradley, 1977, p.217 (apud Coltro, 2000, p. 66).

A título de curiosidade o Gráfico 1 dá uma ampla visão das expropriações que ocorreram nas regiões do mundo até o final da década de 1970, época que mais se identificou o uso deste mecanismo. Já na Tabela 1 observam-se os setores da indústria que mais sofreram com a expropriação

4.1.3 Nacionalização

A nacionalização, mesmo ainda sendo de caráter grave, não tem o mesmo peso do confisco e da expropriação. A nacionalização acontece quando por meio de decreto o país anfitrião dita medidas que transfiram os investimentos estrangeiros para o controle e propriedades nacionais. Tais decretos, segundo Cateora e Graham (2001, p.95), podem exigir desde a transferência total ou parcial a propriedade para os cidadãos nacionais, promover um grande número desses cidadãos a altos cargos gerenciais, dando-lhes maior poder de decisão, tornando-os capazes de produzir um número maior de produtos componentes localmente e por fim, gerar regulamentos projetados especificamente para ditar a participação nos mercados globais.

O governo anfitrião estipula um valor, em forma de contrapartida, a ser transferido às

empresas pela nacionalização total ou parcial de suas operações. O certo é que o valor da contrapartida governamental não chega ao valor de mercado, ocasionando prejuízos à empresa nacionalizada.

4.2 Outros Riscos

Os negócios internacionais têm de enfrentar ainda outros riscos e desafios em muitas frentes. Alguns são semelhantes aos riscos e desafios que uma empresa nacional enfrenta, tais como: riscos econômicos; sanções políticas, ativistas e sociais; disputa étnica; conflitos de metas e corrupção.

4.2.1 Riscos Econômicos

As variáveis econômicas também estão no alvo da preocupação das empresas nos negócios internacionais. As medidas econômicas normalmente pegam as empresas de surpresa, sem advertência. As restrições sobre as atividades de negócios podem ser impostas sob a bandeira da proteção do estado visando salvar a indústria nacional, conservar a escassez de câmbio, para incrementar as receitas ou para retaliações contra práticas comerciais injustas. Tais riscos econômicos formam uma parte importante e recorrente do ambiente político que poucas empresas ativas no ambiente dos negócios internacionais podem evitar.

4.2.2 Sanções Políticas, Ativistas Políticos e Sociais

As sanções políticas funcionam como uma espécie de boicote de uma ou mais nações contra outra nação, barrando o fluxo de comércio entre os países, ou ainda aplicando sanções a produtos específicos. Fatores sociais também podem movimentar sanções, como por exemplo o boicote que fizeram contra a África do Sul com vistas a pressionar o fim da *apartheid*, tornando as empresas internacionais reféns de atos puramente políticos.

Com relação a ativistas políticos e sociais ressalta-se que eles englobam aqueles que procuram reclamar por vias pacíficas ou violentas, como o terrorismo, visando a antecipação de suas demandas.

Na perspectiva de Coltro (2000), onde se divide o risco político em macros – que se debruçam sobre o risco-país de uma determinada nação indiscriminadamente – e micros – que avaliam esse risco, especificamente para o tipo de negócio de determinada nação levando em conta fatores co-determinantes como predominância/dominação de empresas estrangeiras num determinado setor, estes podem encorajar a tentação (ou desencorajar) a intervenção governamental, grau de facilidade com que as operações das filiais podem ser assumidas por privados ou pelo próprio governo do país de implantação e mudança nas prioridades do governo.

Acrescentam-se mais três fatores de risco político, relevantes e ainda não mencionados: o risco macro da disputa étnica, os riscos dos conflitos de metas e a corrupção.

4.2.3 Disputa Étnica

As disputas étnicas emergem quando há insegurança dos líderes governamentais sobre sua duração ou sobrevivência. Nesse raciocínio as empresas que fazem parte dos negócios internacionais têm que estar cientes de que não saberão qual representante de governo responderá pelos interesses do país anfitrião, e assim com quem irão se comunicar no futuro.

Quando as forças domésticas disputam entre si, sejam disputas étnicas, tribais, religiosas ou políticas, poderão se transformar no maior risco político para as empresas multinacionais. Tendo em vista que na maioria das vezes são espectadoras e virtuais ameaças às tais empresas ou aos estrangeiros, enquanto indivíduos, poderão vir a tomar dimensões macro no risco para negócios e investimentos internacionais naquele país.

Pode-se lembrar os exemplos da antiga Iugoslávia que viveu disputas entre bósnios e sérvios, causando uma realidade desequilibrada para qualquer investimento externo e de insegurança para as multinacionais já instaladas no país. Outro exemplo é o de Ruanda e Somália, que por disputas étnicas acabou com qualquer espécie de autoridade formal.

4.2.4 Conflito de Metas

Ao longo do tempo, as diferenças entre os objetivos das empresas e dos governos locais surgem do questionamento de como as multinacionais têm impacto na economia local, dos

desrespeitos à questão da soberania nacional, dos setores industriais estratégicos para o país sob a tutela do controle estrangeiro, da divisão de propriedade e controle com os interesses locais, do desequilíbrio na balança de pagamentos do país anfitrião via transações da empresa multinacional, da influência das transações de comércio exterior no valor da moeda nacional, do controle sobre os destinos das exportações nacionais, do uso de executivos e trabalhadores domésticos e estrangeiros e do uso indiscriminado de recursos naturais da área geográfica do país anfitrião.

Cabe ainda acrescentar ações relacionadas com perspectivas diferentes de filosofias políticas e sociais, como pensamentos liberais e contra desenvolvimentistas, do grau de nacionalização ou desnacionalização presente na economia local, ou, ainda, da questão da visão religiosa sobre tais filosofias, na determinação do comportamento orientado para a apropriação econômica e financeira.

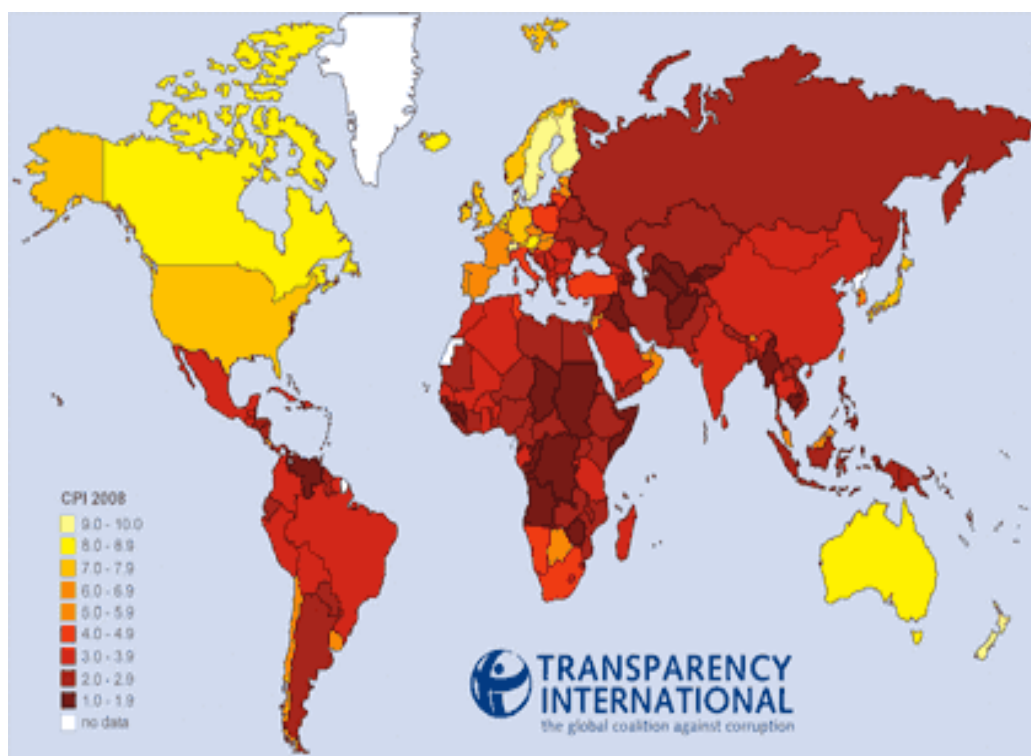
Aos olhos das empresas multinacionais, todas as metas nacionais voltadas para os mais diversos aspectos, sejam econômicos, políticos, sociais, culturais ou ideológicos, assim como os instrumentos políticos relativos ao alcance delas, são questões e parâmetros que circunscreverem as atividades da própria empresa.

Infelizmente, as políticas governamentais para as empresas multinacionais frequentemente não são claras, ou possuem duas ou mais linhas políticas contraditórias. Culminando uma situação de ambiguidade devido a inúmeros fatores, notadamente porque definir, ordenar e implementar prioridades nacionais, assumem um caráter mais subjetivo que científico, deixando as empresas sem saber se contribuem ou não para as metas governamentais do país anfitrião.

4.2.5 Corrupção

A corrupção também é prática comum no ambiente político internacional. A corrupção política, a prática de extorsão e a chantagem contribuem para o risco do gerenciamento dos investimentos diretos no plano internacional.

Figura 2 – Incidência da corrupção no mundo

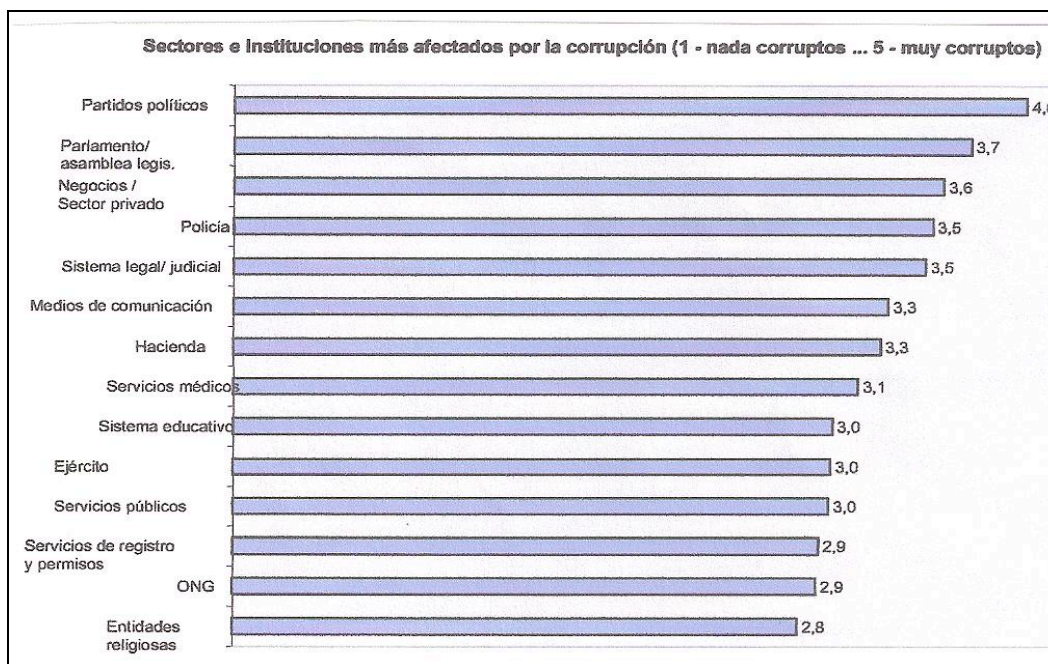


Fonte: Transparency International the Global Against Corruption (2008, p.1)

No mapa (Figura 2), observa-se de forma geral como a corrupção é um dos principais problemas a serem enfrentados no mundo. Quanto mais vermelhos os países estão representados, no mapa, maior o índice de corrupção. Percebe-se que, por vezes, em países mais desenvolvidos, como é o caso da Itália, existem graus de corrupção compatíveis com os de países em desenvolvimento.

No Gráfico 2, visualiza-se de forma bastante clara, que os partidos políticos e os parlamentos lideram os níveis de corrupção dos países, mostrando quanto um ambiente político corrupto impede o desenvolvimento. O sistema legal também não fica muito atrás nos níveis de corrupção.

Gráfico 2 – Setores e instituições mais afetados pelo mundo (1 – pouco corruptos ... 5 – muito corruptos, pontuação média)



Fonte: Transparency International the Global Against Corruption (2006, p.15).

4.3 Estratégias para minimizar riscos políticos

Depois de abordar alguns riscos políticos que as empresas multinacionais enfrentam, percebe-se que essas empresas pouco podem fazer para alterar o ambiente político que as rodeia. Nessa perspectiva surge o questionamento de como reduzir a vulnerabilidade dos negócios internacionais frente aos riscos políticos.

Os grandes investidores internacionais constantemente são acusados de explorar as riquezas de uma nação visando tão somente seus interesses. Tais acusações, são cada vez mais reduzidas, provavelmente, devido aos resultados nada satisfatórios do passado. Os investidores internacionais combatem essa hostilidade e os medos, principalmente em países menos desenvolvidos. Na América Latina, por exemplo, a situação era comumente evidenciada, através da acusação de empresas estrangeiras de estarem subtraindo as riquezas nacionais, além de financiarem regimes autoritários vigentes. Assim para reduzir a hostilidade e os riscos as empresas multinacionais começam a adotar medidas como valorizar os empregados locais e a economia do país anfitrião, maximizar a locução com a sociedade civil, fazer projetos que contribuam para a economia e cultura locais e treinar

executivos e famílias a agirem de acordo com o ambiente estrangeiro. Estabelecendo raízes locais o risco será minimizado.

Além destas ações, segundo Cateora e Graham (2001, p. 100-101) as multinacionais podem utilizar outras estratégias para minimizar a vulnerabilidade do risco político como:

- **Formação de Joint-Venture** – o próprio significado da palavra já diz que se formará uma “união de risco”, ou seja, neste caso as empresas multinacionais se associam com empresas nacionais para execução de um projeto específico. Sendo que, na duração da joint-venture, cada empresa participante é responsável pela totalidade do projeto. Desse modo tornando esse modelo menos suscetível a surpresas vindas de ações políticas, minimizando também os sentimentos contra a presença das multinacionais, aumentando assim seu poder de barganha em qualquer situação adversa;
- **Expansão da base de investimentos** – essa estratégia inclui vários investidores e instituições financeiras locais no financiamento do investimento em um país anfitrião. Comprometendo o poder das instituições financeiras sempre que houver qualquer espécie de ameaça governamental, ou seja, fazendo que as instituições financeiras ascendessem pressão sobre o governo, tornando-se assim uma vantagem na negociação de um futuro desentendimento com o governo local;
- **Marketing e Distribuição** – nesse alternativa, a estratégia é controlar a distribuição do mercado exterior em caso de um investimento expropriado, ou seja, o país anfitrião perderia acesso aos mercados internacionais;
- **Licenciamento** – consiste em licenciar tecnologias via pagamento de uma taxa, principalmente em caso de uma tecnologia específica. Contudo há o risco das taxas não serem pagas e a tecnologia continuar sendo usada;
- **Nacionalização planejada** – consiste fundamentalmente em um processo gradual de participação com a população local de todas as fases das operações da empresa, visando à venda de partes acionárias à população local. Contudo essa atitude é tomada objetivando minimizar prejuízos de uma nacionalização iniciada pelo governo anfitrião e evitar hostilidade frente aos investimentos estrangeiros.

Por sua vez, os governos estrangeiros e nacionais devem fazer a sua parte, estimulando o investimento estrangeiro para que eles não caiam em armadilhas e embaraços políticos. O mais importante para se incentivar os investimentos estrangeiros é maximizar o desenvolvimento econômico. Contudo, para que o risco político seja amenizado é necessário instalar regras destinadas às metas econômicas de um país anfitrião.

Em contrapartida as empresas multinacionais devem além de criar empregos, transferir tecnologia, gerar exportações e desenvolver a indústria local, diminuindo assim, a hostilidade possível da população anfitriã, e o risco de uma forma geral.

CAPÍTULO 5 – AMÉRICA LATINA

Hoje, a América Latina é uma região composta por 21 países e 11 territórios, compreendidos entre a América do Norte, desde o México, até ao ponto mais austral da América do Sul, a Argentina. Sua população é estimada em 569 milhões de habitantes.

Figura 3 – Mapa da América Latina



Fonte: Geografia 2009

5.1 – Considerações Gerais

Ao se falar da América Latina, deve-se focalizar sobretudo a conquista, a colonização e os antagonismos. Apesar de jovem, a região caracteriza-se por conviver com velhas ruínas, por ter suas aldeias habitadas nas mesmas condições por mais de mil anos, cultivando modos de vidas tradicionais e precários se comparados ao mundo contemporâneo. Todavia, a maior parte da população latino-americana vive em grandes cidades com mais de 10 milhões de habitantes, como Buenos Aires, a Cidade do México e São Paulo, que são bem mais urbanizadas do que cidades de países em desenvolvimento na Ásia e na África.

A região é uma mescla de culturas e etnias. Nove, entre dez pessoas, falam uma língua européia e seguem uma religião européia. A maioria dos católicos do mundo estão na América Latina. Outro fator que merece destaque refere-se as raízes daqueles que já habitavam o continente: os indígenas.

Depois de vários governos latino-americanos terem feito reformas de liberalização econômica, muitos trabalhadores tiveram maior acesso a bens de consumo e ficaram em circunstâncias não muito diversas aos estadunidenses, entretanto muitos ainda não conseguem atingir esse patamar. Por isso, inúmeros latino-americanos vislumbram o estilo de vida americano, divulgado através da televisão e do cinema, tentando imigrar para os Estados Unidos.

Os antagonismos são bem evidentes quando compara-se as nações da região. O Brasil tem mais de 190 milhões de habitantes e é um país de grande dimensão, ocupando metade do continente sul-americano. Entretanto, a grande maioria dos países são pequenos. A cidade de São Paulo, por exemplo, tem mais habitantes que o Uruguai. As diferenças entre os indicadores sociais são grandes. Argentina e Uruguai tem taxas de alfabetização de países desenvolvidos, enquanto a população adulta da Guatemala não sabe ler. A expectativa de vida de um costarriquenho é de 77 anos e de um boliviano 62 anos.

Segundo *Informe regional sobre desarrollo humano para América Latina y el Caribe 2010*, (PNUD, 2010), a América Latina se mantém como a região mais desigual do mundo, onde dez dos 15 países com maior disparidade do planeta ficam nessa região. O referido relatório do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento atribui o fenômeno à "herança geracional", ao mau desempenho das políticas públicas e ao

sistema político da região que reforça a reprodução da desigualdade. A Bolívia, por exemplo, é o país mais díspar do continente. Tem o mesmo nível de desigualdade que Camarões e Madagascar e com um índice de Gini de 60 (em uma escala de 0 a 100, onde 100 é o máximo de desigualdade), fica entre os três países mais desiguais do mundo. Já Brasil e o Equador (índice 56), superam nações como Uganda (índice 55), que têm o mesmo nível de disparidade nas condições de vida de sua população que Honduras, Panamá, Paraguai, Chile, Colômbia e Guatemala, superando Botsuana, Etiópia e Nepal. O estudo fornecido pelo PNUD chama a atenção que os atuais processos de tomada de decisões na região não favorecem a redução da desigualdade, pois é preciso lutar contra a corrupção e desenvolver políticas que vão além do combate à pobreza.

Etnicamente, os latino-americanos são distintos e diversificados a outras regiões do mundo. Enquanto na Argentina tem mais descendentes de europeus do que Washington D.C, EUA, e arquitetura de Buenos Aires é inspirada a de Paris, a maioria dos mexicanos descendem de povos indígenas e dos espanhóis que ali estiveram colonizando. Isso sem falar que entre 1500 e 1830 milhões de pessoas foram escravizadas e tiradas da África, observando-se que só o Brasil recebeu 3 milhões. Hoje, os países que utilizaram mão de obra africana como o Brasil e países do Caribe, têm boa parte de sua população negra.

Dessa maneira, percebe-se que os países latino-americanos tem semelhanças profundas entre si, principalmente no processo de conquista e colonização européia. A independência veio na mesma época para todos, e com ela problemas similares foram enfrentados de maneira semelhantes. Politicamente, a América Latina pós-independência vive entre altos e baixos.

Os países latino-americanos caracterizam-se, historicamente, pela instabilidade de suas estruturas políticas e institucionais. A ausência de instituições democráticas institucionais marcou a vida política dos países do subcontinente desde sua independência, condicionando as sucessões de regimes autoritários e semidemocráticos. (Magnoli, 2004, p.224).

Até meados dos anos de 1980 o regime era autoritário, ditatorial. Nos anos de 1990 até hoje predominam regimes democráticos, apesar de células conflituosas como: Venezuela e Equador. Semelhanças também se observam com a utilização de duas forças políticas: o liberalismo e o nacionalismo. Apesar de existir uma melhora nos índices econômicos e sociais como o Brasil e o Chile, o liberalismo foi um processo confuso nas neo-

democracias latino-americanas e o nacionalismo era visto como resistência e antídoto ao imperialismo americano e as desigualdades sociais.

O cenário geral de diversidade e a constante luta contra as desigualdades tornam o ambiente latino americano historicamente instável. Com isso, a seguir, aborda-se a instabilidade e os riscos, dentro de um ambiente político latino-americano.

5.2 – América Latina: Retrospecto de Instabilidade e Oportunidades de Risco Político

Como já abordado, em uma visão eurocentrista, o território latino-americano foi palco de grandes disputas pelo seu domínio desde o seu descobrimento no final do século XIV. Espanha e Portugal foram os países que mais obtiveram influência nas atuais nações latino-americanas (antigas colônias).

Todavia, o presente trabalho se concentra em um espaço temporal que foge a época das colonizações destacando a fase de estados soberanos, sobretudo, no pós-segunda guerra mundial, período de intensa instabilidade política na região.

A América Latina vivenciou no período de 1930-1947 o desenho de um estado desenvolvimentista. Além da crise do capitalismo, o pensamento desenvolvimentista veio com o intuito de mudar uma realidade que

Até então, os Estados na América Latina serviam exclusivamente a interesses dos grupos sociais hegemônicos – plantadores e exportadores de produtos agrícolas ou produtores agrícolas ou produtores e exportadores de minerais – deixando satisfeitas aquelas elites que haviam apropriado do aparato público. (Cervo, 2001, p.23).

Entre 1930-1945, Cervo (2001, p.59) observa que as políticas exteriores das nações da América Latina, tiveram três elementos em seu perfil: a consciência de estar-se em uma fase de transição, provocada internamente pela emergência de novas necessidades sociais e, externamente, pela crise do capitalismo e pelo contexto da guerra; o caráter funcional que se confere às diplomacias da região para obtenção de insumos de desenvolvimento mediante a ação externa e a identificação de condições de êxito do movimento diplomático.

O pós segunda guerra traz à tona uma nova ordem mundial, um mundo bipolar. Os Estados Unidos tomam para si a América Latina em seu raio de influência. Desde a votação do

National Security Act, em 1947, pelo congresso americano que a América Latina foi moldada duradouramente pela Doutrina de Segurança Nacional. Setores políticos significativos e as elites latino-americanas foram influenciados pelo conceito de “fronteiras ideológicas” e “inimigo interno” que consolidaram uma cultura autoritária que acompanhou a modernização do aparelho público e a profissionalização das forças armadas.

Inicialmente, a onda das ditaduras foi incentivada de forma explícita pelo governo dos Estados Unidos, como uma forma de reação: contra a Revolução Cubana e o alinhamento da ilha com a União Soviética, de um lado, e contra movimentos nacionalistas ou guerrilhas esquerdistas que se disseminaram pela América Latina, de outro. Já no final da década de 1970

a redemocratização dos Estados do subcontinente derivou tanto de condicionantes nacionais como de alterações no ambiente internacional. Desde de 1976, com Jimmy Carter na Casa Branca e a valorização do tema dos direitos humanos, Washington reorientou sua política continental, passando a favorecer estratégias de abertura democrática gradualística. (Magnoli,2004, p.225).

Voltando ao escopo desenvolvimentista, o paradigma teve seu apogeu entre 1947-1979. Nesse período, a América Latina sustentou no imaginário da população uma fase de modernização, responsável pelos avanços econômicos que tornaram alguns países proeminentes no mundo de então. Questiona-se que o paradigma desenvolvimentista promovesse um isolamento da região seja ele total ou relativo. O isolamento fez com que inicialmente as empresas locais assumissem a expansão e transformação da indústria latino-americana, entretanto como a região era desprovida de tecnologia e de grandes montantes de capital, setores não estratégicos tiveram que ter a participação de capital estrangeiro, como foi o caso do setor automobilístico. Já os setores estratégicos – cimento, siderurgia, comunicação, petróleo, petroquímica, energia elétrica, nuclear, espacial e naval - ficaram inteiramente sob a responsabilidade estatal.

No desenvolvimentismo latino-americano observou-se um processo de industrialização, de aumento de renda por habitante e da taxa de crescimento. Identificou-se que suas políticas davam atenção a questões relativas à taxa de investimentos, ao financiamento externo e a mobilização da poupança interna.

Destaca-se que, o desenvolvimentismo latino-americano alijou questões como a concentração de renda, concentração regional da atividade econômica, condições institucionais, sociais, políticas e culturais que influem sobre o desenvolvimento. Variáveis, que somadas aos governos autoritários e ditatoriais vigentes, fazia dos países latino-americanos um caos de instabilidade onde a população sentia uma temporária satisfação dos regimes em questão. Apesar da via desenvolvimentista ter sido implantada com maior veemência no Brasil em um governo democrático, o de Juscelino Kubistchek (1956–1961), foi no regime militar que ela encontra seu apogeu. Para tentar esconder as debilidades do sistema, os governos militares, como o do Brasil, usava de intensa propaganda, sempre afirmando a grandiosidade do país e seu constante desenvolvimento, como pode ser observado na Figura 4.

Sendo a América Latina a terceira região mais instável do mundo depois de 1945, a instabilidade política é um problema generalizado na região, oportunizando um aumento no risco político.

Figura 4 – Propaganda do Governo Brasileiro (Regime Militar – 1974)



Fonte: BRASIL: O “milagra econômico”.

Cartaz impresso e distribuído pelo Serviço Social da Indústria (SESI) para a Semana da Pátria, em setembro de 1974, durante o governo Médici

Tal afirmativa evidencia-se na observação de Blanco e Grier (2009, p.2) ao dizer que em 18 países latino-americanos dos 21 que constituem a região (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Republica Dominicana, Uruguai e Venezuela) no período de 1971–2000 houve:

- 20 golpes de Estado,
- 451 políticos assassinatos,
- 217 rebeliões e
- 113 crises para acabar com um governo vigente.

Com exceção de Costa Rica, Colômbia e Venezuela todos os restantes tiveram forte instabilidade política, constatando que o fator político torna-se preponderante nas tomadas de decisões de grupos interessados a investir na região. A Venezuela, no entanto, desfez seu caráter estável com a ascensão de Hugo Chávez no poder no início da década de 2000.

Já no recente caso hondurenho ocorrido em 2009, mostra a comunidade internacional que a democracia latino-americana ainda caminha em passos pequenos e muitas vezes sofrendo retrocesso. Isto é, reviveu o fantasma da fragilidade dos sistemas democráticos de muitos países da região. Observou-se com preocupação o episódio de Tegucigalpa, considerando que essa quebra constitucional poderia implicar efeitos negativos em outras nações com debilidades similares. Salvo lembrar, que o Equador teve nove governos em dez anos, a Bolívia vários governantes em não mais de cinco meses e a Guatemala viveu complexos processos políticos há uma década.

Eventos como o de Honduras, traz consigo um consenso que vai muito além das distorções que há a respeito das causas do golpe de Estado que ocorreu ali. Há uma consciência ampliada de que isto afeta os latino-americanos. A instabilidade política tem efeitos sobre a paz, aumenta os graus de polarização, ameaça o nível de desenvolvimento dos países e torna impossível sustentar mercados competitivos, manter um desenvolvimento permanente e ganhar a confiança de grupos interessados a investir na região.

Um exemplo claro e recente de como afastar grupos que transitam nos negócios internacionais a investir em uma nação ou região foi o que ocorreu em 1º de maio de 2006. O atual presidente boliviano Evo Morales, por via de decreto publicado pela *Gaceta Oficial de Bolivia*, desrespeita as leis vigentes em seu próprio país e nacionaliza empresas

petrolíficas, ocasionando instabilidade na região e espantando futuros interessados a investir em seu país. A seguir trechos do decreto:

ARTICULO 1.

En ejercicio de la soberanía nacional, obedeciendo El mandato del pueblo boliviano expresado en el Referéndum vinculante del 18 de Julio del 2004 y en aplicación estricta de los preceptos constitucionales, se nacionalizan los recursos naturales hidrocarburíferos del país. El Estado recupera la propiedad, la posesión y el control total y absoluto de estos recursos.

ARTICULO 2.

I. A partir del 1 de mayo del 2006, las empresas petroleras que actualmente realizan actividades de producción de gas y petróleo en el territorio nacional, están obligadas a entregar en propiedad a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos – YPFB, toda la producción de hidrocarburos.

II. YPFB, a nombre y en representación del Estado, en ejercicio pleno de la propiedad de todos los hidrocarburos producidos en el país, asume su comercialización, definiendo las condiciones, volúmenes y precios tanto para el mercado interno, como para la exportación y la industrialización.

Assim, observa-se que a instabilidade política latino-americana inibe o desenvolvimento econômico através do seu efeito sobre a alocação de capital físico e humano. Os investimentos provenientes dos negócios internacionais são muitas vezes difíceis de intervir quando aplicados, o que significa que os investidores adiam novos projetos na região até que uma nova ordem política se estabeleça. Ademais, os investidores internacionais quando almejam uma nação politicamente instável eles se concentram em ações meramente especulativas, ações que não agregam valor em médio e longo prazo ao país anfitrião.

CAPÍTULO 6 – PESQUISA REALIZADA COM PERSONALIDADES DO MUNDO EMPRESARIAL E POLÍTICO

Objetivando uma maior concretude ao estudo ora desenvolvido realizou-se uma pesquisa de opinião com personalidades do mundo empresarial e político residentes na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, Brasil.

Na introdução, foi mencionada a realização da pesquisa e, agora se acrescenta o fato da dificuldade de retorno dos questionários, por parte dos entrevistados políticos. Tal situação é justificada em razão do período eleitoral vivido no país. Para diminuir as dificuldades de obtenção dos dados indispensáveis à pesquisa, algumas estratégias foram adotadas. A primeira providência foi enviar, pela internet, o instrumental de pesquisa a candidatos ao cargo de governador do Maranhão e aos concorrentes ao poder legislativo: senadores da república, deputados federais, deputados estaduais. Posteriormente foi mantido contato telefônico e realizadas algumas visitas.

No que se refere à participação de empresários, a estratégia adotada foi a ida às empresas. Embora algumas medidas não tenham sido bem sucedidas, de um modo geral os resultados foram satisfatórios.

6.1 - Participantes da Pesquisa

A pesquisa junto aos empresários e políticos foi realizada mediante o envio de questionários aos pesquisados (**ANEXO A**), bem como através de visitas, como já relatado anteriormente. Os participantes da pesquisa foram determinados aleatoriamente, entretanto foi necessário observar o quantitativo de postulantes aos cargos dos poderes executivos e legislativos, no Estado do Maranhão, que segundo o Tribunal Superior Eleitoral, TSE, são 561 candidatos, considerados aptos, concorrendo aos seguintes cargos: governador (7), senador (11), deputado federal (155) e deputado estadual (388). O conhecimento do número de vagas por cargo foi fator norteador para a definição da amostra. São 64 vagas: 1 governador, 2 senadores, 18 deputados federais e 43 deputados estaduais. Dessa forma foram distribuídos 15 questionários aos políticos, equivalente a 23% das vagas disponíveis. A multiplicidade de empresas existentes no Maranhão, aliado aos setores que mais vêm se desenvolvendo em São Luís, levou o pesquisador a optar por distribuir os questionários a

empresários pertencentes aos setores primário, secundário e terciário. Ressalta-se que os entrevistados têm relação com o mercado externo. Ou seja, suas empresas estão relacionados de forma direta ou indireta com o ambiente internacional. Dos empresários contatados 100% se prontificaram a responder a pesquisa.

6.2 – Sobre o Questionário

O questionário (**ANEXO A**) foi constituído de sete perguntas que possibilitou aos pesquisados a escolha de um das cinco alternativas disponíveis: **concordo plenamente, concordo, indiferente, discordo, discordo plenamente**. Os resultados foram analisados, explicitando o conjunto das opiniões dos empresários e dos políticos envolvidos na pesquisa. Assim aos entrevistados foram apresentadas as seguintes 7 afirmações:

- 1) Um ambiente político estável favorece a atração de investimentos internacionais a um país;
- 2) A democracia é fator decisivo na tomada de decisões de grupos internacionais de quando e onde investir seu capital;
- 3) A estabilidade das políticas públicas governamentais influencia a atração de investimentos internacionais a um país;
- 4) Sendo o direito internacional aplicado de forma indicativa, o sistema jurídico/legal das nações tem que garantir os direitos aos grupos internacionais que almejam investir em um país;
- 5) O mundo vive regido pela Economia de Mercado. Por conseguinte, os países latino-americanos deveriam seguir as regras da Economia de Mercado;
- 6) A Bolívia, Cuba e Venezuela são países democráticos;
- 7) Confisco, Expropriação e Nacionalização de investimentos são variáveis de risco político que foram e são utilizadas com frequência por países latino-americanos. O Estado deve aplicar estas variáveis quando achar necessário.

6.3 - Dados Coletados e Resultados Obtidos

Os dados coletados possibilitou o conhecimento das ideias dos empresários e dos políticos sobre a influência da instabilidade política e os riscos que o ambiente político proporciona no âmbito dos negócios internacionais, enfatizando a América Latina, como pode ser observado nas Tabelas 2 e 3.

Nos Gráficos de 3 a 9 a serem apresentados no item 6.4 apresenta-se pontos de convergência e divergência na opinião dos participantes da pesquisa.

Tabela 2 – Visão dos empresários sobre a influência da instabilidade política nos negócios internacionais

QUESTÕES	TOTAL	ALTERNATIVAS				
		Concordo Plenamente	Comcordo	Indiferente	Discordo	Discordo Plenamente
Um ambiente político estável favorece a atração de investimentos internacionais a um país	15 100%	14 93,24%	1 6,66%	-	-	-
A democracia é fator decisivo na tomada de decisões de grupos internacionais de quando e onde investir seu capital	15 100%	10 66,6%	3 19,98%	1 6,66%	1 6,66%	-
A estabilidade das políticas públicas governamentais influencia a atração de investimentos internacionais a um país	15 100%	7 46,62%	7 46,62%	1 6,66%	-	-
Sendo o direito internacional aplicado de forma indicativa, o sistema jurídico / legal das nações tem que garantir os direitos aos grupos internacionais que almejam investir em um país	15 100%	3 19,98%	9 59,94%	2 13,32%	1 6,66%	-
O mundo vive regido pela Economia de Mercado. Por conseguinte, os países latino-americanos deveriam seguir as regras da Economia de Mercado	15 100%	4 26,64%	9 59,94%	0	2 13,32%	-
A Bolívia, Cuba e Venezuela são países democráticos	15 100%	-	-	-	8 53,94%	7 46,62%
Confisco, Expropriação e Nacionalização de investimentos são variáveis de risco político que foram e são utilizadas com frequência por países latino-americanos. O Estado deve aplicar estas variáveis quando achar necessário	15 100%	-	4 26,64%	-	6 39,96%	5 33,3%

Observando-se as Tabelas 2 e 3 , no que se refere ao entendimento dos pesquisados sobre o favorecimento de um ambiente político estável como fator de atração de investimentos internacionais a um país, 100% concordam com a afirmativa, inclusive com 86,58% concordando plenamente.

No tocante a percepção dos entrevistados sobre a decisão de grupos internacionais de quando e onde investir seu capital, tendo a democracia com fator decisivo, houve concordância. Assim 83,25% concordaram plenamente ou concordaram.

Tabela 3 – Visão dos políticos sobre a influência da instabilidade política nos negócios internacionais

QUESTÕES	TOTAL	ALTERNATIVAS				
		Concordo plenamente	Concordo	Indiferente	Discordo	Discordo plenamente
Um ambiente político estável favorece a atração de investimentos internacionais a um país	15 100%	12 79,92%	3 19,98%	-	-	-
A democracia é fator decisivo na tomada de decisões de grupos internacionais de quando e onde investir seu capital	15 100%	6 39,96%	6 39,96%	1 6,66%	1 6,66%	1 6,66%
A estabilidade das políticas públicas governamentais influencia a atração de investimentos internacionais a um país	15 100%	10 66,6%	5 33,3%	-	-	-
Sendo o direito internacional aplicado de forma indicativa, o sistema jurídico / legal das nações tem que garantir os direitos aos grupos internacionais que almejam investir em um país	15 100%	6 39,96%	7 46,62%	1 6,66%	1 6,66%	-
O mundo vive regido pela Economia de Mercado. Por conseguinte, os países latino-americanos deveriam seguir as regras da Economia de Mercado	15 100%	1 6,66%	5 33,3%	1 6,66%	7 46,62%	1 6,66%
A Bolívia, Cuba e Venezuela são países democráticos	14 93,24%	-	2 13,32%	1 6,66%	9 59,94%	2 13,32%
Confisco, Expropriação e Nacionalização de investimentos são variáveis de risco político que foram e são utilizadas com frequência por países latino-americanos. O Estado deve aplicar estas variáveis quando achar necessário	15 100%	-	8 53,28%	2 13,32%	3 19,98%	2 13,32%

A estabilidade das políticas públicas governamentais como determinante que influencia a atração de investimentos internacionais a um país, na visão dos pesquisados se alterna entre concordar plenamente (43,29%) ou simplesmente concordar (46,62%), o que perpassa uma uniformidade nas opiniões, quer por parte dos empresários quer dos políticos.

Sendo o direito internacional aplicado de forma indicativa, foi questionado se o sistema jurídico/legal das nações garantiria os direitos aos grupos internacionais que almejam investir em um país. Aqui os posicionamentos dos entrevistados foram convergentes, obtendo-se o seguinte resultado: 29,97% concordaram plenamente e 53,28% concordaram. A afirmativa de que o mundo vive regido pela Economia de Mercado, possibilitou o questionamento sobre se os países latino-americanos deveriam seguir as regras da Economia de Mercado. 63,27% dos entrevistados concordam plenamente ou concordam, e 29,97% discordam plenamente ou discordam.

Questionados se os países Bolívia, Cuba e Venezuela são democráticos, a maioria dos entrevistados discordam (56,61%), seguido por (29,97%) que discordam plenamente. Nesse quesito um pessoa do grupo dos políticos não respondeu por não concordar com nenhuma das alternativas apresentadas.

O entrevistador afirmando que “confisco, expropriação e nacionalização de investimentos são variáveis de risco político que foram e são utilizadas com frequência por países latino-americanos”, perguntou aos entrevistados se o Estado deve aplicar estas variáveis quando achar necessário, 39,96 se posicionaram concordando, indiferente (6,66%), discordando (29,97%) e 23,31% discordando plenamente.

6.4 - Pontos de Convergência e Divergência

Comparando as tabelas 2 e 3 percebe-se pontos de convergência e divergência na opinião dos empresários e políticos sobre as questões apresentadas. Destaca-se o seguinte:

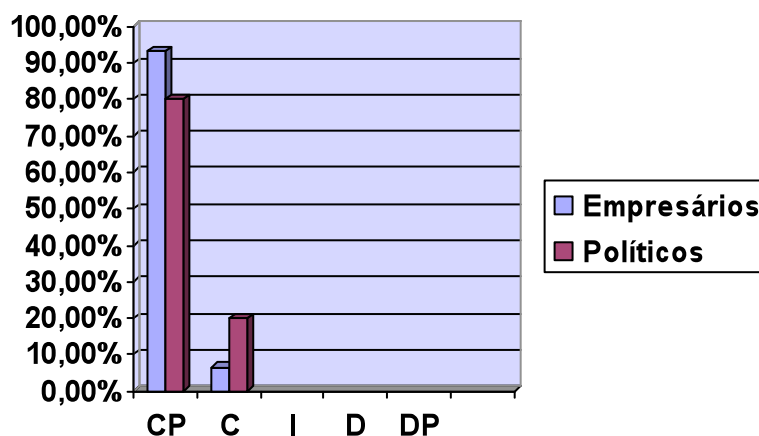
- no primeiro questionamento tanto os empresários quanto políticos acreditam que um ambiente político estável favorece a atração de investimentos internacionais a um país;

- no segundo questionamento, os empresários acreditam que a democracia é mais relevante para a tomada de decisões de onde e quando investir seu capital do que os políticos;
- no terceiro questionamento houve convergência da maioria dos entrevistados sobre a concordância que a estabilidade das políticas públicas governamentais influencia a atração de investimentos internacionais;
- no quarto questionamento, os políticos foram mais assertivos - 86,58% dos entrevistados concordam plenamente ou concordam que as nações devem garantir o direito dos grupos internacionais em um país;
- no quinto questionamento, houve maior divergência, apenas 13,32% dos empresários discordaram da afirmativa que os países latino-americanos deveriam seguir as regras de economia de mercado. Já 53,28% dos entrevistados políticos discordam e 6,66% são indiferentes a afirmativa;
- no sexto questionamento, 73,28% dos políticos concordam que Bolívia, Cuba e Venezuela não são países democráticos. Os empresários opinaram em 100% que realmente tais países não são democráticos;
- no sétimo e último questionamento, 53,28% dos políticos entrevistados concordam que o estado deve aplicar as variáveis de risco político quando achar conveniente, enquanto 26,64% dos empresários concordam com a afirmativa.

Tais comprovações relativas aos pontos convergentes e divergentes na opinião dos empresários e políticos sobre a influência da instabilidade política e os riscos que o ambiente político proporciona no âmbito dos negócios internacionais, são melhores percebidas através dos Gráficos 3 a 9.

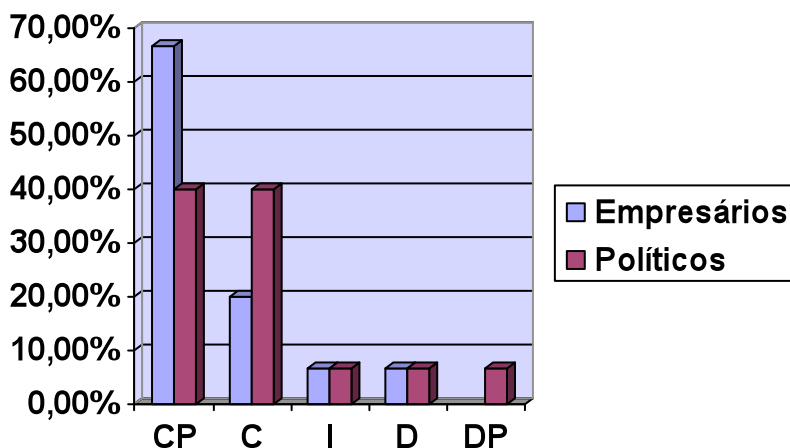
A maioria dos empresários e políticos participantes da pesquisa, consideram que um ambiente político estável favorece a atração de investimentos internacionais, como pode ser observado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Um ambiente político estável favorece a atração de investimentos internacionais, segundo empresários e políticos



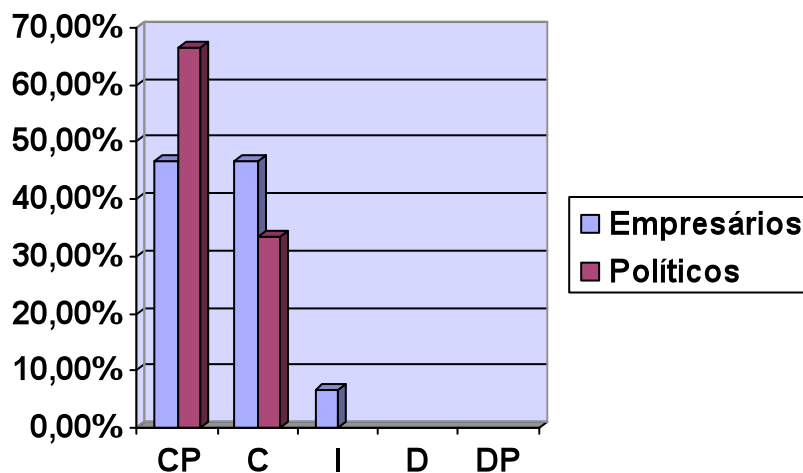
O Gráfico 4 demonstra que para a maioria dos empresários que responderam o questionário, a democracia é fator decisivo na tomada de decisões de grupos internacionais que almejam investir em um país. Por outro lado os políticos também concordam com tal pensamento, equilibrando o percentual de concordar plenamente ou simplesmente concordar.

Gráfico 4 – A democracia como atrativo de grupos internacionais na definição de investimentos, segundo empresários e políticos



No que se refere a estabilidade das políticas públicas governamentais como determinante para a atração de investimentos internacionais a um país, os políticos acreditam significativamente em tal assertiva, como observa-se no Gráfico 5.

Gráfico 5 - A estabilidade das políticas públicas governamentais é fator de atração de investimentos internacionais, segundo empresários e políticos



Apesar de um maior número de indiferentes no grupo dos empresários, no tocante a questão relativa ao sistema jurídico/legal assegurar os direitos dos grupos investidores, percebe-se uma uniformidade na aceitação da afirmativa, como demonstrado no Gráfico 6.

Gráfico 6 – O sistema jurídico / legal assegura os direitos dos grupos investidores, segundo empresários e políticos

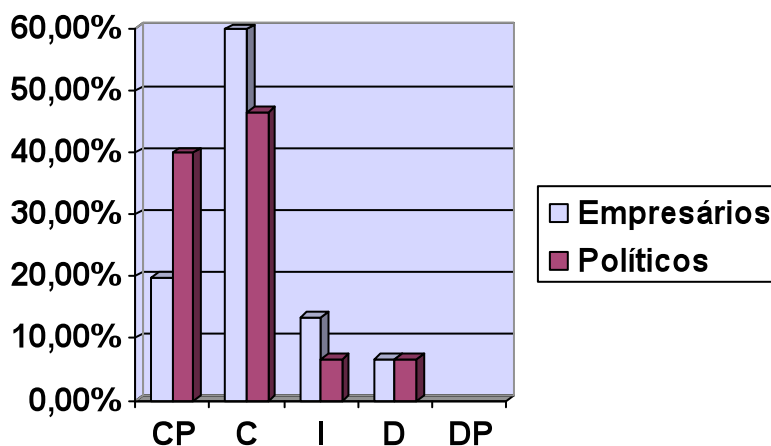
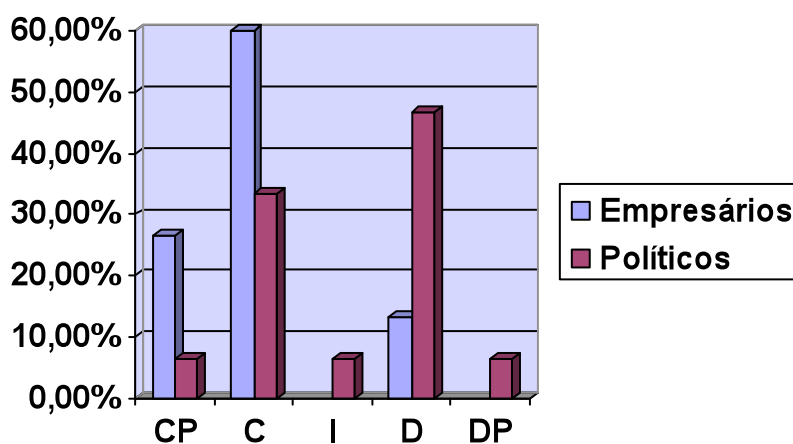


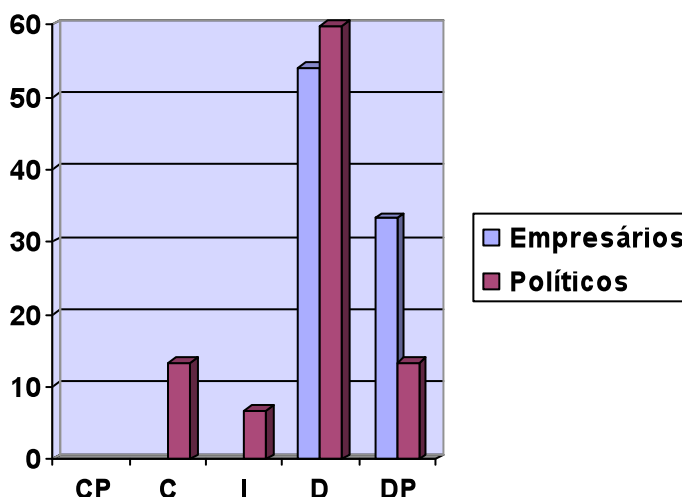
Gráfico 7 – Os países latino-americanos devem ou não seguir as regras da Economia de Mercado, segundo empresários e políticos



O Gráfico 7 mostra um percentual significativo de políticos indiferentes ou não, discordando em que os países latino-americanos devem seguir as regras da Economia de Mercado. Os empresários em sua maioria concordam com a afirmativa.

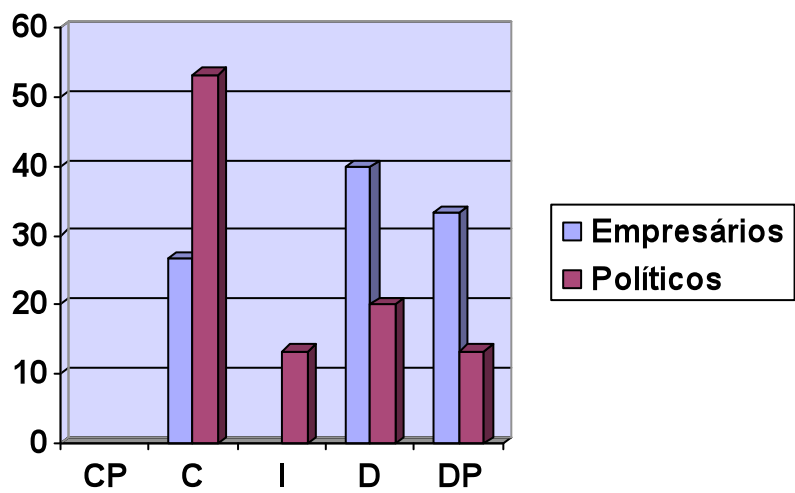
O Gráfico 8 confirma que 100% dos empresários entrevistados não consideram a Bolívia, a Venezuela e a Cuba como países democráticos. Observa-se ainda que na classe política há quem discorde da visão dos empresários.

Gráfico 8 - Bolívia, Cuba e Venezuela países não democráticos, segundo empresários e políticos



O gráfico 9, mostra que os políticos são mais favoráveis a aplicação das variáveis de risco político do que os empresários.

Gráfico 9 - O Estado aplicando as variáveis de risco político, segundo empresários e políticos



CONCLUSÃO

Os governos afetam a maioria dos aspectos da vida dos negócios internacionais nos países, pelo mundo a fora e em particular na América Latina. Em primeiro lugar, a política nacional afeta diretamente os ambientes das empresas por meio das mudanças políticas, regulamentações e leis. Em cada país, os governos determinam que tipo de empresa e investimentos receberão proteções e quais terão concorrência acirrada. Ou seja, os governos criam as políticas e regulamentações que influenciam diretamente o ambiente dos negócios internacionais de um país.

Em outro aspecto, a estabilidade e a situação política de um país afetam as ações que serão tomadas pelo governo. Ações que podem ter impacto importante sobre a viabilidade de fazer negócios no país. Um movimento político pode mudar as atitudes prevalentes em relação às empresas que se instalam no país. Uma mudança econômica pode influenciar a disposição do governo em auxiliar as dificuldades de um programa de austeridade.

Ao término deste trabalho, pode-se afirmar que o ambiente político se cruza diretamente com os negócios internacionais, de forma que se faz necessário um cuidado acentuado das empresas internacionais na forma de gerir o risco político. Sendo que este interfere diretamente em seus resultados.

As empresas multinacionais devem administrar o ambiente político aprendendo não somente a seguir os costumes do país anfitrião e como conhecer as inúmeras caras do país estrangeiro, onde estas devem ser cuidadosamente controladas e quais devem ser manipuladas.

Percebe-se então que, para as empresas tomarem decisões, o entendimento dos fatores políticos do país anfitrião juntamente com suas estratégias e metas se torna vital para sua sobrevivência.

Além de tudo, as empresas multinacionais precisam oferecer alguns benefícios tangíveis que o governo do país anfitrião deseja, quando este estiver procurando ativamente metas de geração de emprego, obtendo da empresa que conseguir o alcance dessa meta, vantagens e concessões em relação a outros problemas.

Observa-se que a estabilidade das políticas governamentais é fator de risco sempre iminente, visto que filosofias e ideologias podem ser mudadas de forma radical, dependendo de quem esteja no poder de uma nação. Nessa perspectiva, diferentes partidos

políticos podem chegar ao poder e sistemas políticos podem mudar, como é o caso da história contemporânea dos países latino-americanos. O que é primordial para os negócios internacionais é que haja uma constância nas políticas adotadas pelos governos anfitriões, ou seja, sem que haja o desrespeito a regras ou códigos que desarmonizem o ambiente nos negócios internacionais, aumentando em contrapartida o risco político de certos países.

Antes de tudo, as empresas têm que estar a par dos sistemas legais que envolvem o ambiente dos negócios internacionais e seus efeitos sobre as transações globais. Lembra-se ainda as bases dos sistemas legais como a lei comum, a lei de código e a lei islâmica, bases essas que são de fundamental importância para compreensão da conjuntura do ambiente legal global.

Assim, questões como recursos legais, jurisdição e proteção da propriedade industrial têm que ser observadas, antes do investimento em país estrangeiro. Em caso de conflitos, aponta-se a arbitragem como meio mais usado e de maior eficiência nas soluções de controvérsias, onde pode ser feita por uma parte neutra e, conseqüentemente, ambas as partes do conflito aceitando a solução apontada.

Nesse sentido, é importante avaliar detalhadamente a estrutura e a disposição do poder político de um país antes de tomar decisões que comprometam o futuro das empresas e dos investimentos internacionais. Avaliando as variáveis ambientais chega-se ao entendimento dos problemas e oportunidades de determinado país.

Cabe ainda dizer, que independentemente das avaliações dos riscos, a operação em um país envolve riscos associados às mudanças de bens e dinheiro. Enfrentando situações como o confisco, expropriação e nacionalização, situações estas que foram aplicadas pelo estado da Bolívia.

Para reduzir o risco político de ações como a expropriação ou do confisco de ativos corporativos no exterior, recomendam-se atitudes, ações como a formação de *joint ventures* com empresas locais, implicando em compartilhar atividades e tendendo reduzir o sentimento nacionalista. Enfim, adotando uma política de internacionalização.

A política de internacionalização de uma empresa multinacional implica que ela passe a transferir gradualmente sua administração e suas responsabilidades operacionais, bem como sua propriedade a empresas locais no decorrer do tempo.

Contudo, convém lembrar que esses riscos no decorrer do tempo vêm sendo reduzidos, à medida que os países espalhados pelo mundo, perceberem a necessidade de apoio

internacional para receber empréstimos e investimentos fundamentais para a sua propriedade. Assim, várias privatizações de setores antes controlados pela máquina estatal ocorreram na última década.

Pode-se dizer que a análise do risco do ambiente político serve como forma de mensuração do dinamismo dos países que são receptores dos investimentos internacionais, ou seja, a avaliação do risco político, juntamente com aspectos sociais e econômicos de um país é que irá colocá-lo no fluxo dos negócios internacionais.

Por fim, foi realizada uma pesquisa de opinião onde os entrevistados foram políticos e empresários brasileiros. Apesar do Brasil ser uma economia em constante crescimento, livrando-se de fantasmas de um passado recente, percebe-se que empresários e políticos ainda não têm uma consciência sobre o papel da democracia dentro da concretização dos negócios internacionais. Apesar da grande maioria dos entrevistados concordar que a democracia é fator decisivo, logo em seguida 39,96% acreditam que Bolívia, Cuba e Venezuela são países democráticos. Outro ponto a ser observado tem a ver com o fato de que 89,91% dos entrevistados acreditarem que o Estado deve garantir os direitos dos grupos internacionais; entretanto 39,96% dos entrevistados concordam que o Estado deve aplicar variáveis de risco político quando achar necessário. A pesquisa mostra que ainda falta esclarecimento sobre os temas abordados e do real papel do Estado nas relações comerciais dentro e fora de suas fronteiras e que atitudes do Estado podem ser configuradas como risco político.

Este trabalho chama a atenção para uma lacuna de um maior estudo sobre o risco do ambiente político e suas influências nos negócios internacionais, e sobretudo em uma região que nas últimas décadas foi e atualmente é palco de grandes instabilidades políticas. A América Latina é campo fértil para o aprofundamento do estudo.

BIBLIOGRAFIA

- AKEHURST, Michael (1985). *Introdução ao direito internacional*. Coimbra: Almedina, p.7.
- BONAVIDES, Paulo (1996). *Ciência política*. São Paulo: Editora Malheiros, p.126.
- CATEORA, Philip R e GRAHAM, John (2001). *Marketing internacional*. Rio de Janeiro: LTC.
- CERVO, Amado Luiz (2001). *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: IBRI.
- COLTRO, Alex (2000). Gestão de risco político: algumas considerações teóricas. *Cadernos de Pesquisas em Administração*, São Paulo: v.7, n.3, p.59-80.
- DAEMON, Dalton (1998). *Marketing internacional*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- FUKUYAMA, Francis (2005). *Construção de Estados: governo e organização mundial no século XXI*. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco.
- GRIFFITHS, Martin (2004). *50 grandes estrategistas das relações internacionais*. Tradução de Vânia de Castro. São Paulo: Contexto.
- HURTUNG, Douglas S (2002). *Negócios internacionais*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- HOLLAND, Neila A (1999). *A internacionalização dos negócios: guia prático para a gestão e o marketing internacional com ênfase no mercado norte-americano*. Rio de Janeiro: Forense.
- KEEGAN, Warren J. e GREEN, Mark C (1999). *Princípios de marketing global*. São Paulo: Saraiva.
- KOTABE, Masaaki e HELSEN, Kristiaan (2000). *Administração de marketing global*. São Paulo: Atlas.
- KOTLER, Philip (1998). *Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle*. 5. ed. Tradução de Ailton B. Brandão. São Paulo: Atlas.
- LAFER, Celso (2002). *Mudam-se os tempos: diplomacia brasileira – 2001/2002*. Brasília: FUNAG.
- MAGNOLI, Demétrio (2004). *Manual do candidato: política internacional*. 3. ed. atual. e rev. Brasília: FUNAG.

MINADEO, Roberto (2001). *Marketing internacional: conceitos e casos*. Rio de Janeiro: Thex.

MOURA, D. F. e FILIPE, J. A. (2009, Julho), “Companies and Political Risks: Latin America Case”. *Joint Conference of 16th Annual International Conference on Advances in Management & 2nd Annual International Conference on Social Intelligence. Proceedings*. Julho 15-18. Colorado Springs. USA.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. (2004) *Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões*. Petrópolis, RJ: Vozes.

PIO, Carlos (2002). *Relações internacionais: economia política e globalização*. Brasília: IBRI.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros (1999). *História econômica geral*. São Paulo: Contexto, p. 212.

SOUZA, Cláudio Luiz Gonçalves de (2006). *As relações internacionais do comércio: aspectos atuais do overseas trade*. Belo Horizonte: Lider.

SPERO, Joan E. e HART, Jeffrey (2000). *The politics of international economic relations*. Thomson.

TERPSTRA, Vern e SARATHY, Ravi. *International marketing*. 8. ed. Thomson, 2000.

TORRES, João Bosco (2006). *Oportunidades e riscos no comércio internacional para as empresas exportadoras pernambucanas*. Dissertação de mestrado em Economia, Área de Concentração em Comércio Exterior e Relações Internacionais, Universidade Federal de Pernambuco.

VIOLA, Eduardo e LEIS, Hector. Mudanças na direção de uma globalização multidimensional complexa. In: ALVES, Caleb Faria (org.) (2003). *Condições humanas e modernidade no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Cidade Futura.

Referências retiradas da Internet:

AMMOLY, Alexandre (1988). *As convenções de abrigamento e a proteção dos investimentos internacionais: breves apontamentos*. Disponível em: http://www.esaf.fazenda.gov.br/parcerias/ue/cedoc-ue/mpnografias-1998/modulo-B/CONVENCOES_ARBITRAGEM.pdf.

BACHELET promete “democracia participativa” (2006). Disponível em: <http://www.ve.terra.com/imprime/0,01836412-EI310,00.htm>.

BLANCO, Luisa e GRIER, Robin (2009). Long Live Democracy: The Determinants of Political Instability in Latin America. *Journal of Development Studies*, v. 45, Issue 1, January 2009, p. 76-95. Disponível em: <http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&langpair=en%7Cpt&u=http://www.ou.edu/cas/econ/wppdf/instabilityinla%2520rg.pdf>

BOLIVIA. *Decreto 28.701. de 1 de maio de 2006*. Nacionalización de los hidrocarburos por el gobierno de Bolivia. *Gaceta Oficial de Bolivia*. La Paz: Gaceta Oficial de Bolivia, n.2883, 01 maio 2006. Disponível em:
<http://www.iade.org.ar/modules/noticias/article.php?storyid=111>

BRASIL: *O “milagre econômico”*. Disponível em:
<http://histoblogsu.blogspot.com/2009/08/brasil-o-economico.html>

BRÍGIDO, Renato Sampaio (2004). Rating e risco-país. *Revista de Direito Mercantil*. São Paulo, n.134. Disponível em: http://www.felsberg.com.br/info_felsberg_conteúdo.asp?i=if.

GRISA, Gustavo (2003). *Brasil em desenvolvimento: análise de risco político e investimentos internacionais*. Disponível em:
http://www.gustavogrisa.com.br/info_artigos.php?codArtigo=22&categoria=0.

PNUD (2010). *Informe regional sobre desarrollo humano para América Latina y el Caribe 2010*. Disponível em: <http://www.idhalc-actuarsobreelfuturo.org/site/informe.php>

LACERDA, Gustavo Biscaia de (2006). Algumas teorias das relações internacionais: realismo, idealismo e grocianismo. *IntreSaberes: Revista Científica*. Curitiba: FACINTER, v. 1, n. 1, jan./jun. Disponível em:
<http://intersaberes.grupouninter.com.br/1/arquivos/3.pdf>

MACHADO, Carlos A. P. *Ambientes e riscos internacionais*. Disponível em:
<http://www.2eeg.uminho.pt/economia/páscoa/CIAMBRI.pdf>

MAPA da América Latina. *Geografia 2009*. Disponível em:
http://gabrielamapas.blogspot.com/2009_02_01_archive.html

SILVA, Luiz Inácio Lula da (2002). *Carta ao povo brasileiro*. São Paulo: Sala de Leitura da Fundação Perseu Albano. Disponível em:
http://www.fpabrano.org.br/sala_leitura/carta_povobrasileiro.htm

TRANSPARENCY INTERNATIONAL THE GLOBAL AGAINST CORRUPTION (2006). *Informe sobre El Barómetro Global de la Corrupción de Transparency International 2006*. Berlín, Alemania: Departamento de Investigación y Políticas Transparency International – Secretaría Internacional. Disponível em:
<http://www.transparencia.org.es/BAR%C3%93METRO%20GLOBAL%202006/Informe%20detallado%20Bar%C3%B3metro%202006.pdf>

TRANSPARENCY INTERNATIONAL THE GLOBAL AGAINST CORRUPTION (2008). *Los altos niveles de corrupción persistentes en países de bajos ingresos suponen un “desastre humanitario continuo”*. Disponível em:
http://www.transparency.org/news_room/in_focus/2008/cpi2008/espanol

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Eleições 2010*. Disponível em:
<http://divulgacand2010.tse.jus.br/divulgacand2010/jsp/framesetPrincipal.jsp>

ANEXO A - QUESTIONÁRIO



QUESTIONÁRIO

Esta pesquisa faz parte da dissertação de Mestrado em Gestão de Empresas de Diogo de Faria Moura, mestrando do ISCTE – IUL, em Portugal, em convênio com a Fundação Getúlio Vargas. A dissertação analisa a influência da instabilidade política e os riscos que o ambiente político proporciona no âmbito dos negócios internacionais. Focaliza-se a América Latina.

Este trabalho é de responsabilidade e interesse de seu proponente – Diogo de Faria Moura, pois está vinculado às atividades acadêmicas do curso de mestrado. Os entrevistados serão personalidades do mundo empresarial e político.

Suas respostas **são necessárias** para o desenvolvimento deste trabalho e têm caráter sigiloso, ou seja, a **identidade do entrevistado não será revelada**.

Por favor, assinale apenas **uma** alternativa para cada pergunta.

01 – Um ambiente político estável favorece a atração de investimentos internacionais a um país.

- Concordo plenamente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo plenamente

02 – A democracia é fator decisivo na tomada de decisões de grupos internacionais de quando e onde investir seu capital.

- Concordo plenamente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo

Discordo plenamente

03 – A estabilidade das políticas públicas governamentais influencia a atração de investimentos internacionais a um país.

- Concordo plenamente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo plenamente

04 – Sendo o direito internacional aplicado de forma indicativa, o sistema jurídico / legal das nações tem que garantir os direitos aos grupos internacionais que almejam investir em um país.

- Concordo plenamente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo plenamente

05 – O mundo vive regido pela Economia de Mercado. Por conseguinte, os países latino-americanos deveriam seguir as regras da Economia de Mercado.

- Concordo plenamente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo plenamente

06 – A Bolívia, Cuba e Venezuela são países democráticos.

- Concordo plenamente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo plenamente

07 – Confisco, Expropriação e Nacionalização de investimentos são variáveis de risco político que foram e são utilizadas com frequência por países latino-americanos. O Estado deve aplicar estas variáveis quando achar necessário.

- Concordo plenamente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo plenamente